

Luta, Coletividade e Terra

Espaços Coletivos



Luta, Coletividade e Terra.

Espaços Coletivos.

Assentamento
Rural Mário Lago
MST

Trabalho de Graduação Integrado II

desenvolvido no Instituto de Arquitetura e Urbanismo na
Universidade de São Paulo (IAU - USP).

Sob o acompanhamento de

Prof.^a Dra. Aline Coelho Sanches,
Prof. Dr. David Moreno Sperling,
Prof. Dr. Joubert Jose Lancha e
Prof.^a Dra. Luciana Bongiovanni M. Schenk.

Sob a orientação de

Prof. Dr Givaldo Luiz Medeiros.

fevereiro 2021

IAU USP

Trabalho de Graduação Integrado

Vanessa Sartori Rodi

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S6921 Sartori Rodi, Vanessa
Luta, coletividade e terra. / Vanessa Sartori
Rodi. -- São Carlos, 2021.
143 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Assentamento Rural. 2. Direito à cidade. 3.
Reforma agrária. 4. Espaço público. 5. Justiça
espacial. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



Atribuição Não Comercial - Compartilha Igual - CC BY-NC-SA

Luta, Coletividade e Terra.

Espaços Coletivos.

Trabalho de graduação integrado

Comissão de acompanhamento permanente (CAP)

Prof.^a Dra. Aline Coelho Sanches Corato

Prof. Dr. David Moreno Sperling

Prof. Dr. Joubert Jose Lancha

Prof.^a Dra. Luciana Bongiovanni M. Schenk

Coordenador do Grupo Temático (GT) - Prof. Dr. Givaldo Luiz Medeiros

Orientação

TGI I

Prof.^a Dra. Akemi Ino

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

TGI II

Prof. Dr. Givaldo Luiz Medeiros

Prof. Dr. David Moreno Sperling

Banca Examinadora

Aprovada em:

Prof. Dr. Givaldo Luiz Medeiros
IAU USP

Prof. Dr. David Moreno Sperling
IAU USP

Prof. Dr. Tadeu Fabrício Malheiros
EESC USP

Resumo

O presente Trabalho Final de Graduação tem como proposta um anteprojeto de espaço público para o PDS da Barra, no assentamento rural Mário Lago do MST, que localiza-se no município de Ribeirão Preto no interior do estado de São Paulo. Com o intuito de levantar dados e leituras da cidade e do assentamento, foi realizada uma análise crítica do território a fim de embasar diretrizes projetuais para o assentamento rural. O objetivo deste trabalho é a elaboração de um anteprojeto de um núcleo de convívio e espaço público no coração do assentamento, a fim de reforçar a coletividade da filosofia do Movimento dos Sem Terra. Em conjunto a isso, levantaram-se questões como direito à cidade, justiça espacial e reforma agrária.

Palavras -chaves: assentamento rural, direito à cidade, reforma agrária, espaço público, justiça espacial.

Agradecimentos

Uma página de agradecimentos com certeza não seria suficiente para citar todos e tudo que me auxiliou nesse trabalho final de graduação, que com certeza não se limita a ser somente um TGI. Porém, gostaria de citar pessoas que realmente fizeram a diferença e que marcaram a trajetória dessa jornada, deixando seus rastros pelas páginas deste caderno.

Primeiramente à minha família, sempre no suporte dos meus sonhos e dos valores que eu acredito. À minha mãe que sempre me banhava de óleo de lavanda para acalmar minhas ansiedades e às caminhadas de respiro com meu pai. E aos meus amigos de Barueri que sempre me apoiaram com carinho e acolhimento.

À Lucas Sampaio que foi meu parceiro em todos os momentos, sempre me acalmando com muito amor e sempre me ajudando com toda a boa vontade em qualquer problema ou dúvida em relação ao trabalho.

À Casinha, minha segunda família de São Carlos, Carolina Marangoni e Estefane Trindade que participaram de todas as etapas deste processo de TGI. Compãheiras arquitetas, a nossa casa muitas vezes se tornava um verdadeiro ateliê de projeto, o que ajudou muito nos momentos de entrase, principalmente nesse período

do pandêmico o qual nos impossibilita de viver nos ateliês do IAU, onde muitas conversas e ajudas ocorriam entre os alunos. Isso realmente fez muita falta.

Ao meu grupo de TGI I: Lucas Vecchia, Fernanda Seleguim, Isadora Santilie Debora Ifanger. Aos debates e discussões sobre o campesinato, sobre a luta de classes e sobre nosso papel no meio disso tudo. Por acreditar na mudança e por todo o trabalho realizado em conjunto.

Aos professores que me orientaram nessa caminhada e me incentivaram: Akemi Ino, Manoel Rodrigues, David Sperling e Givaldo Medeiros. Sempre com muita paciência e entusiasmo, dando força para continuar no caminho da arquitetura e urbanismo.

Aos funcionários do IAU, em particular Valmir, Valéria, Marcelo e Andréia sempre dando um “tapinha” nas costas de vez em quando, nos encorajando a não desistir.

Ao Mário Lago e às lideranças do MST: Neusa Paviato e Vandeí Junqueira Aguiar, que nos receberam com tanto amor em suas casas e nos levaram para conhecer um pouco da vida no campo e da luta diária.

Na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noites e poemas.

Leminski

O que motivou a realização deste trabalho fundamenta-se a partir de uma reflexão pessoal de como meu papel como futura arquiteta e urbanista poderá contribuir para defender um posicionamento crítico sobre a formação da paisagem urbana, reunindo e promovendo discussões e mobilizações que se colocam de modo a combater a centralização de poder de grupos privados frente a produção da cidade contemporânea. A partir disso, foram levantadas determinadas questões que foram fundamentais para o recorte de estudo deste Trabalho Final de Graduação: A luta de classes contemporânea e sua relação com o direito à cidade.

- Qual é a relação entre a luta de classes contemporânea e o direito à cidade?
- Como o valor da terra (monetariamente e simbolicamente) vem a interferir nesse direito e nessa luta?
- O que de fato podemos considerar um direito à cidade, dado assentamentos "urbanos" periféricos distantes de toda a infraestrutura que uma urbe pode oferecer?
- A posse de uma moradia "digna" pode ser considerada suficiente para uma família se sentir parte de um todo?



- Como a sociedade de arquitetos e urbanistas pode colaborar para conservar a construção de um espaço urbano público baseado, hoje em dia, sob a lógica do capitalismo ou, ao contrário, como pode servir para apontar os defeitos dessa mesma lógica?

Assentamentos rurais são, também, palcos dessas indagações. Cenários de luta de classe do campesinato, luta pelo direito à cidade, resistência frente ao agronegócio. Para reforçar a luta, a ação presencia-se nos espaços. Espaços esses coletivos, de encontros, de interação e de vida da comunidade. O espaço público, por sua essência, abrange as práticas coletivas, cotidianas, múltiplas e conflituosas, as quais ecoam e acompanham as lutas sociais. É onde se fortalece o espírito de comunidade e consequentemente o de luta, pois se há reforço de uma cultura de individualismo, onde as pessoas se refugiam em suas casas, voltadas sempre para as edificações e não para os espaços, perpetua-se um conceito de sociedade capitalista individualista que agrava significativamente a qualidade de vida das pessoas. Dado isso, propõe-se, com este trabalho uma leitura e análise crítica do território, identificando a formação de conflitos territoriais e de classes, aprofundando-se na perspectiva da concepção de formação do assentamento, divisão e qualificação dos espaços públicos. Além disso, em conjunto com o grupo G8_Territorialidade da disciplina de Trabalho Final de Graduação Integrado I (realizada no 1º semestre de 2019), propõe-se um sistema que une os projetos de cada integrante do grupo, os quais abordam um aspecto diferente do mesmo território.

Procurei me aprofundar na perspectiva da concepção de formação do assentamento, divisão e qualificação dos espaços públicos; enquanto os outros aspectos abordados pelo grupo são: um sistema de componentes educacionais (elaborado em conjunto com Fernanda Seleguim) e um de distribuição e comercialização da produção dos alimentos (elaborado em conjunto com Lucas Vecchia).

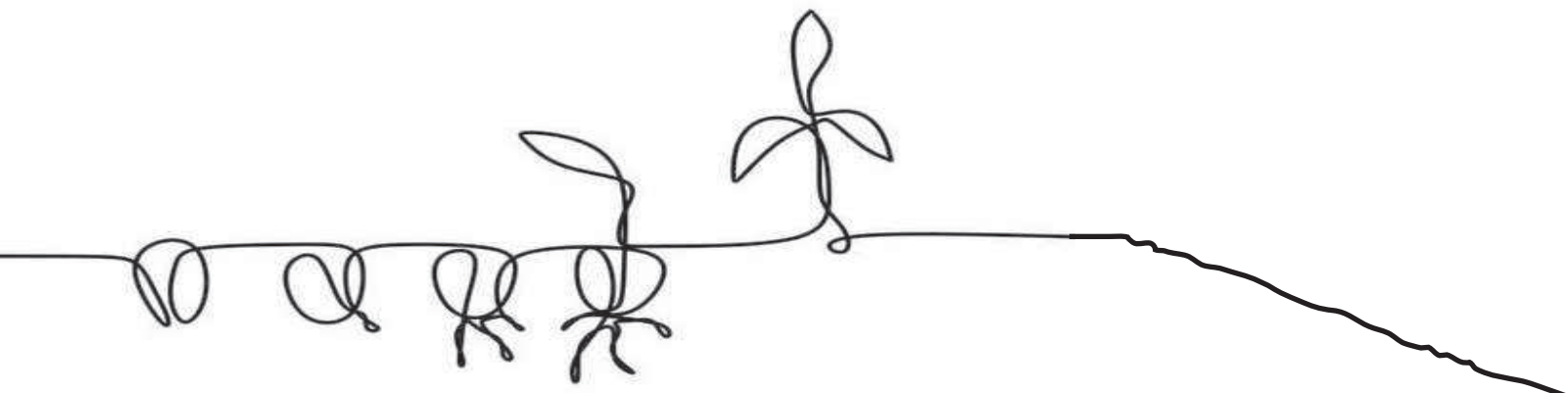
O assentamento rural Mário Lago, em Ribeirão Preto é um objeto de estudo que abrange essas indagações: cenário da luta de classe do campesinato, luta pelo direito à cidade, resistência frente ao agronegócio e monocultura da cana de açúcar, e está inserida no ambiente urbano da cidade de Ribeirão Preto. Assim, esse objeto de estudo se configura como um campo adequado para se trabalhar as questões levantadas.

"O arquiteto e urbanista pode ser um intelectual contra hegemônico a favor da classe trabalhadora, se organizando e combatendo intervenções urbanísticas que atendam uma minoria em detrimento da população que trabalha e que produz o espaço urbano. (...) caminhando dessa forma para patamares de engajamento e não de intervenções alienadas e alienantes com intuito de favorecer determinado grupo empresarial."

Aline Rossi

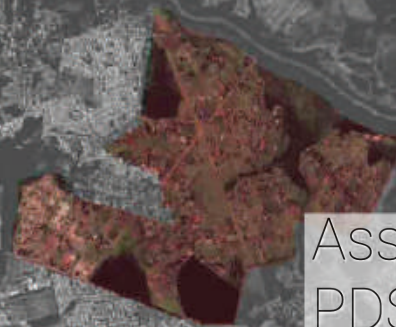
Sumário

Leituras Território Ribeirão Preto - SP	16
Debate Espaço Público	36
Leitura Território PDS da Barra	46
Levantamento fotográfico	58
Sistema e diretrizes	68
Projeto Núcleo	86
Partido projetual	92
Diretrizes área projeto	00
Plano de Manejo	104
Projeto arquitetônico	106
Diagramas implantação	110
Planejamento atividades	112
Materiais	114
Referências	118
Conclusões	128
Bibliografia	130
ANEXO PRANCHAS 1 - 2 - 3 - 4	136



Leituras do Território

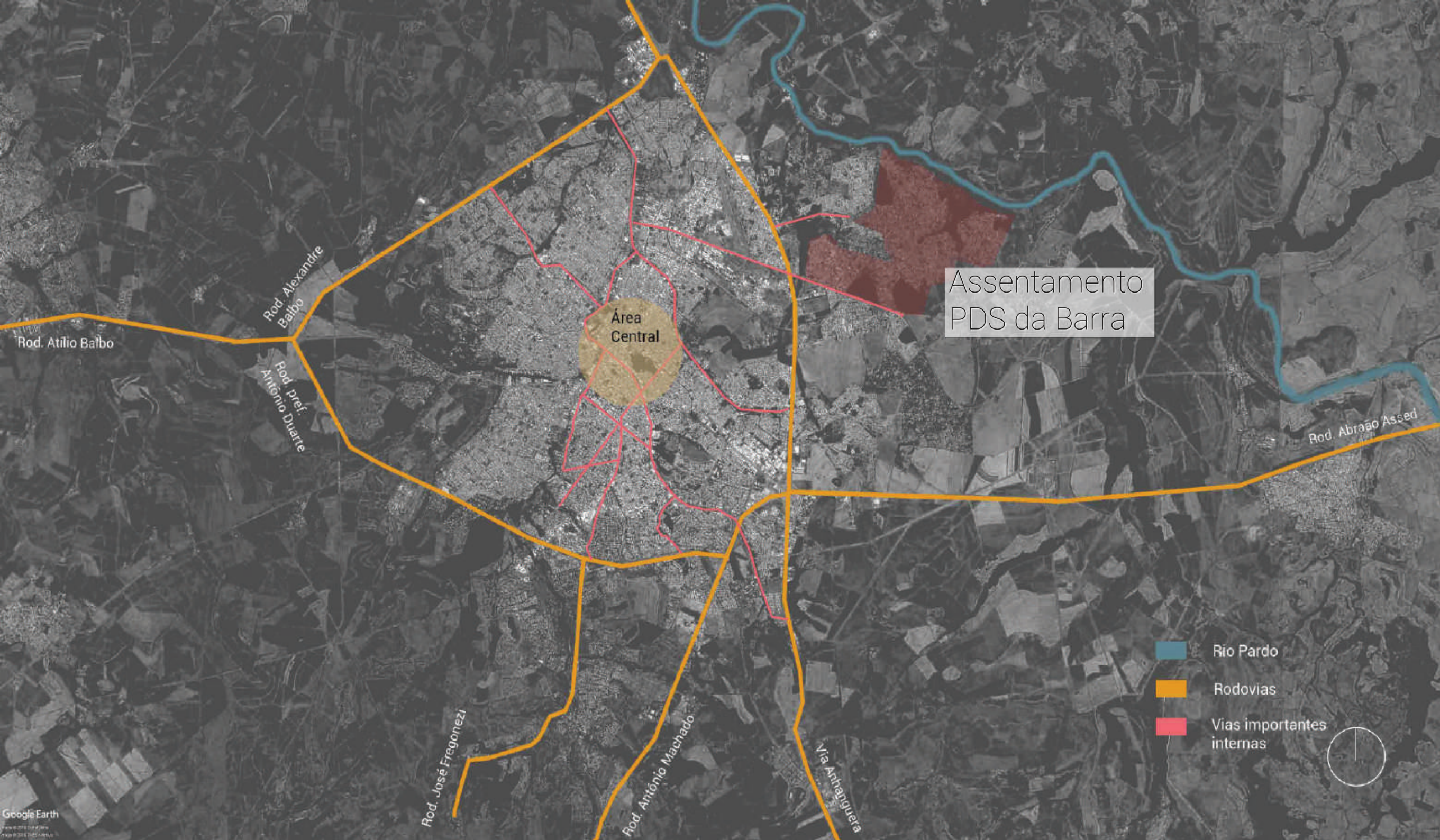
Ribeirão Preto - SP



Assentamento
PDS da Barra

Diante dos questionamentos pessoais em relação à produção do espaço nas cidades atuais e levando em consideração a proximidade com a cidade de São Carlos, a cidade de Ribeirão Preto no estado de São Paulo foi escolhida como território para se elaborar este trabalho. No município de Ribeirão Preto, o assentamento rural Mário Lago é objeto de estudo e intervenção. Inserido no PDS da Barra, sua proximidade com o território urbano é fundamental para os estudos e aplicação dos questionamentos propostos. Além disso, é abordado também na tese de mestrado PDS Mário Lago: Da Luta pela Terra à luta por direitos e pela Cidade de Iole Almança de Moraes, orientada pela Prof. Dr. Akemi Ino, pelo grupo de pesquisa Habis no IAU - USP (ainda não publicado). Além disso, o grupo G8_ Territorialidade da disciplina de TGI - I tomou a cidade como local de intervenção para seus respectivos trabalhos finais de graduação. Somando todos esses fatores, percebe-se a relação múltipla dos trabalhos citados acima, o que enriquece muito a discussão abordada no presente trabalho final de graduação.





Assentamento
PDS da Barra

Área
Central

Rod. Atilio Balbo

Rod. Alexandre
Balbo

Rod. pref.
Antônio Duarte

Rod. Abraão Assed

Rod. José Fregonezi

Rod. Antônio Machado

Via Anhanguera

- Rio Pardo
- Rodovias
- Vias importantes internas

Uns tem terra, muita terra outros nem pra uma dormida.

Mário de Andrade

Desde a tomada do território brasileiro por parte de Portugal instalou-se uma economia de base extrativista e agrária, principalmente voltada a exploração da terra para a produção agrícola direcionada à exportação. A terra pertencia à Coroa portuguesa e seu direito de uso era cedida em forma de sesmarias; assim, o poder econômico dos sesmeiros era dado de acordo com o número de escravos que ele conseguia manter e controlar, pois os escravos representavam a capacidade produtiva da terra. Porém, com a Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), transferiu-se aos sesmeiros a posse da terra cultivada pelos mesmos, e também como uma forma de aumentar os ganhos da Coroa – desta vez brasileira, pois o país já era independente desde 1822 –, por meio da venda de terra pública para a ampliação ou para o estabelecimento de novas fazendas. Dessa forma criou-se um empecilho ao livre acesso à terra para as classes sociais mais baixas e em especial para os ex-escravos.

A prosperidade da produção cafeeira se sustentou até meados dos anos de 1930, quando foi duramente afetada pela Grande Crise Internacional de 1929, pois o café era o principal produto do Brasil destinado à exportação.

Retirado do texto elaborado coletivamente pelo
G8_Territorialidade

Além da crise agrária, o país encarou grandes mudanças nas estruturas sociais e econômicas por meio das políticas públicas do Governo Vargas que pela primeira vez passou a privilegiar os setores produtivos urbanos em detrimento do setor agrário, criando e fortalecendo a indústria de base, numa investida para modernizar e desenvolver o país.



FONTE: Foto retirada do link
<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/23588-governo-bolsonaro-manda-incra-suspender-reforma-agraria-por-tempo-indeterminado>
Acesso em 18/06/19

Nesse contexto, houve a falência de inúmeras fazendas cafeeiras e, por consequência, os seus desmembramentos. Os trabalhadores rurais que conseguiram guardar dinheiro ao longo dos anos compraram uma parcela da fazenda e os que ganhavam salário de seus patrões, receberam uma parcela da terra como forma de pagamento de dívidas trabalhistas. Estes permaneceram no campo e na zona rural, porém muitos dos trabalhadores rurais tinham como única alternativa buscar empregos nos grandes centros urbanos e se estabeleciam nas periferias em condições miseráveis.

Em 1973, quando os principais países produtores de petróleo aumentaram o preço do barril em uma ordem de 400% como forma de protesto aos EUA, o governo brasileiro começou a tomar medidas para contornar a situação e conseguir certa autonomia e independência em relação a importação de combustíveis. Para tanto, tomou-se medidas para incentivar a produção de cana-de-açúcar e a instalação de usinas sucroalcooleiras para a produção de etanol. Com essas medidas iniciou-se um processo de reincorporação das pequenas propriedades rurais para a criação de latifúndios canavieiros e, mais uma vez, a expulsão dos pequenos produtores.

Nessa época surgem os boias-frias, classe trabalhadora pertencente ao proletariado rural, porém residentes da zona urbana. Outra mudança fundamental desse período, como citado acima, foi a criação de latifúndios pertencentes a empresas, ou seja,

pertencem a uma pessoa jurídica e não mais a uma pessoa física como antigamente. A lógica capitalista produtivista estava agora fortemente entremeada ao trabalho rural.

Diante deste quadro do cenário rural, resultante do processo histórico do desenvolvimento econômico e político do Brasil, surgem os movimentos de luta pela terra com a manifestação de resistência de povos, grupos e movimentos organizados aos processos de exclusão, expulsão e expropriação da terra e da vida na terra.

Surgimento do MST

O capitalismo apropria-se do território físico, da força de trabalho e meios de produção compreendidos nele para acumulação de riquezas, transformando espaços pré-existentes. Assim, é intensificada a exploração no campo e aumentada a concentração de terra nas mãos de latifundiários interessados em um modelo de agronegócio, apropriando-se da força de trabalho camponesa.

Dado esse cenário, o MST formou-se e iniciou sua atuação no Brasil por volta dos anos 80, territorializando (organização e reorganização social do território) a luta pela terra e pela reforma agrária, defendendo que a terra deve cumprir seu papel social, garantindo os direitos dos camponeses.

O Movimento Sem Terra, já empoderou cerca de 350 mil famílias pela conquista de uso da terra e está presente hoje em 24 estados nas cinco regiões do país. As famílias assentadas permanecem no movimento de luta pois a posse do direito de uso da terra não é a finalidade do movimento e sim a Reforma Agrária, portanto este é apenas o primeiro passo.

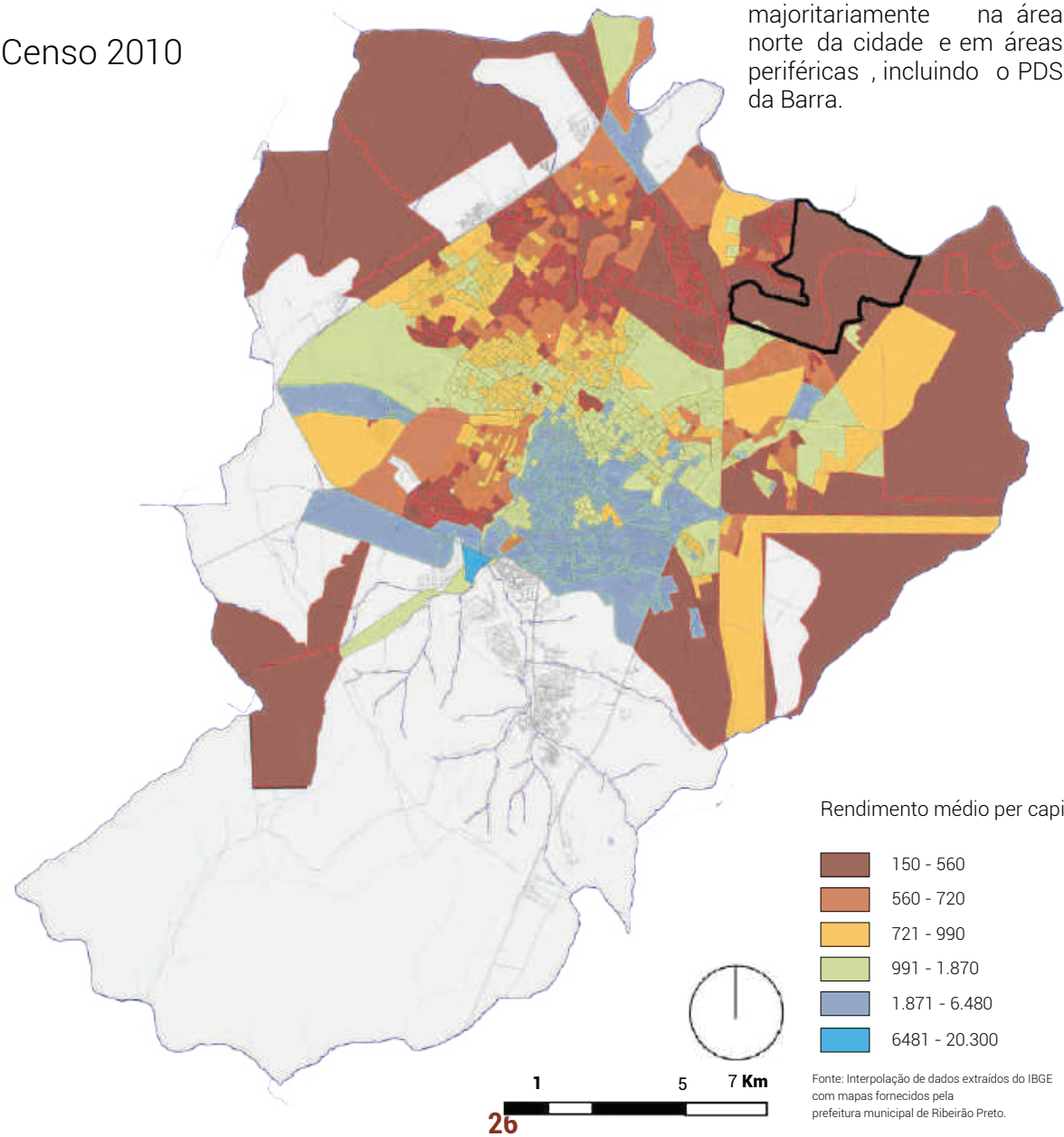


Renda

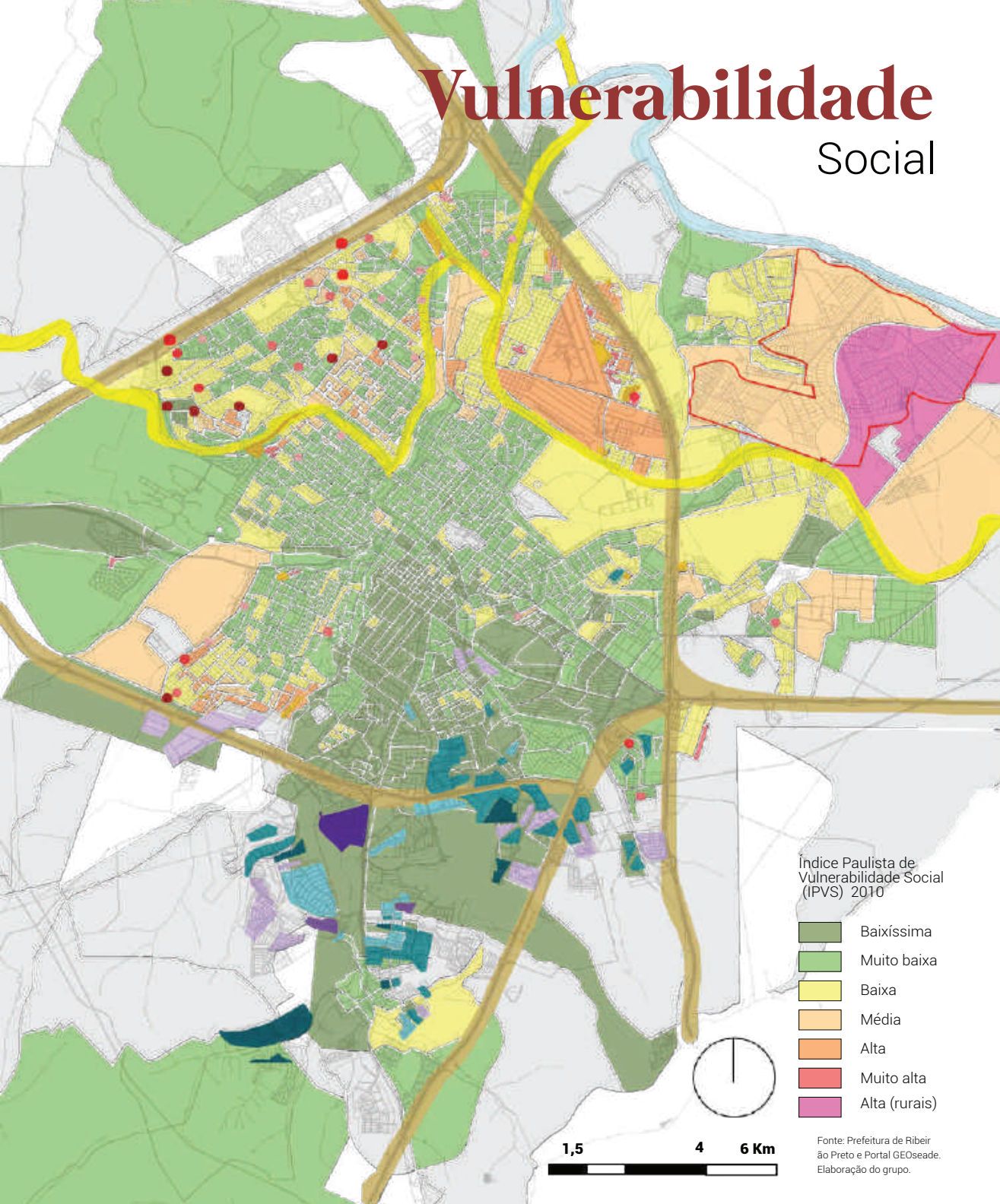
Ribeirão Preto

Censo 2010

Percebe -se com os mapas que a população com maior renda se concentra na área central - sul do município de Ribeirão Preto enquanto as classes menos abastadas se concentram majoritariamente na área norte da cidade e em áreas periféricas , incluindo o PDS da Barra.

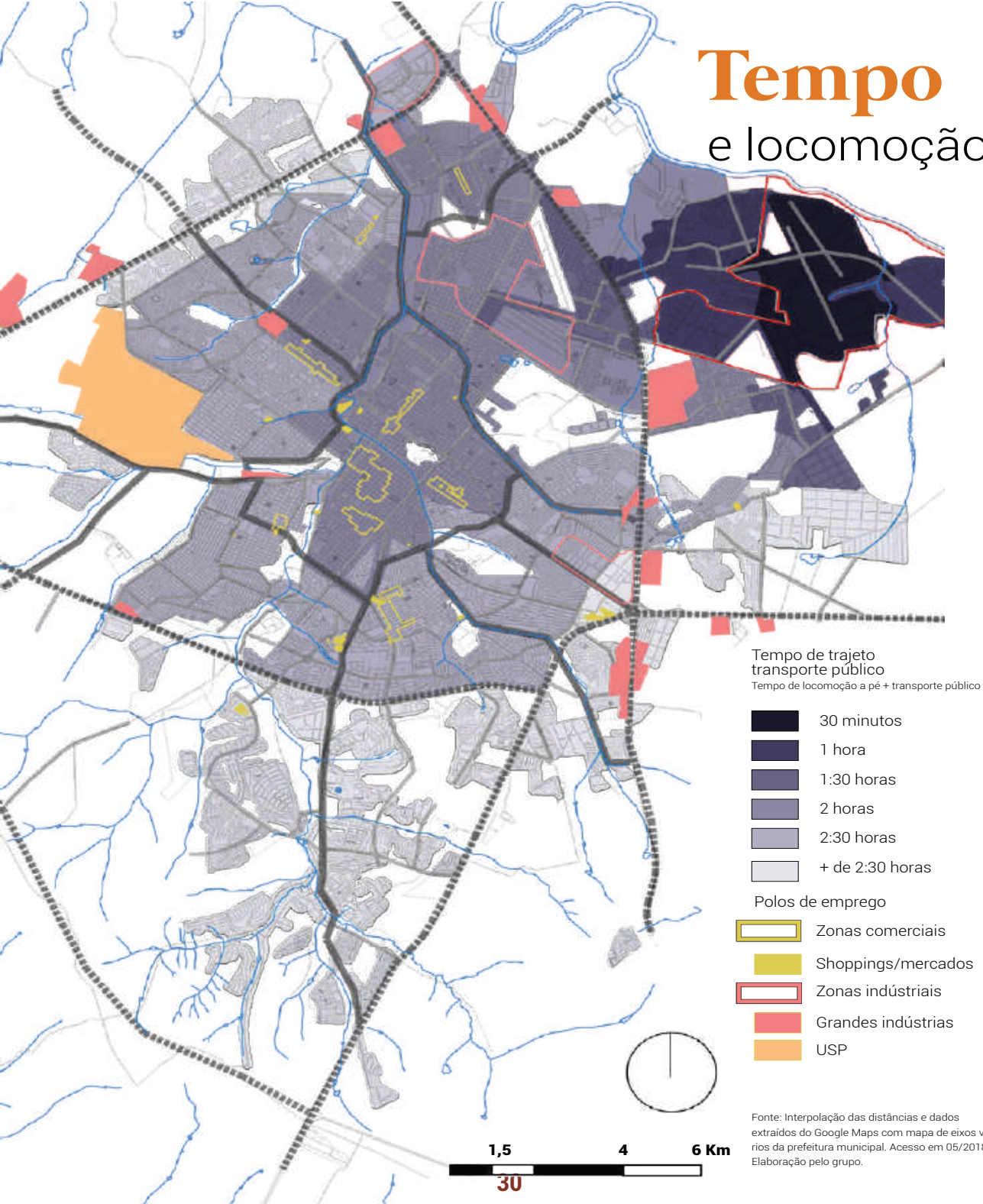


Vulnerabilidade Social

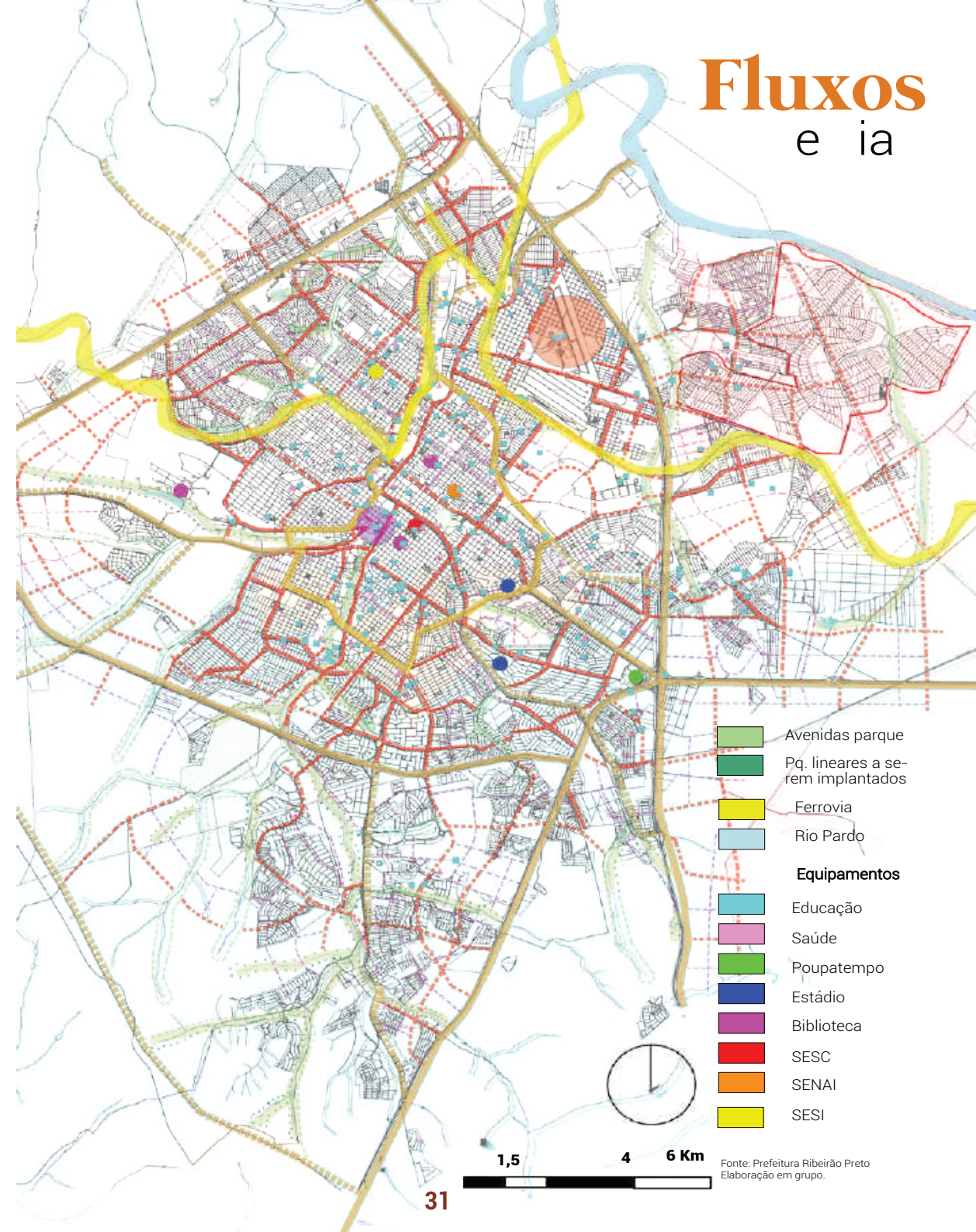


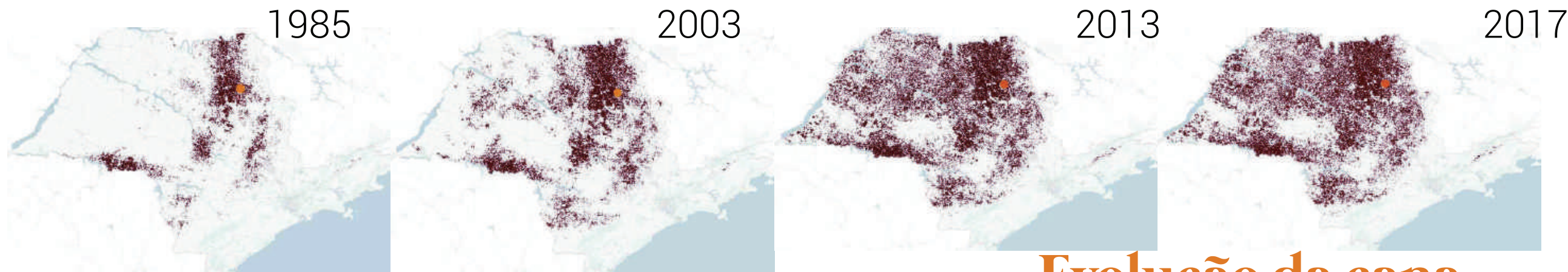
29

Tempo e locomoção



Fluxos e ia





Fonte: MapBiomias.org.br

● Ribeirão Preto

Evolução da cana No estado de SP

Com a inauguração da ferrovia em 1883 em Ribeirão Preto, a região que até então era pastoril passou a receber colônias de imigrantes europeus para trabalhar em grandes fazendas de café e, dessa forma, a região entrou para o conjunto do ciclo desenvolvimentista agrário do Estado de São Paulo; e o modelo agroexportador norteou o desenvolvimento econômico da região, estimulando também o surgimento de comércio e a instalação de algumas fábricas voltadas ao setor rural.

Assim, em 1934, foi criada a Companhia Agrícola, Imigração e Colonização (CAIC), que era responsável por desmembrar os latifúndios cafeeiros decadentes e transformá-los em pequenas propriedades voltadas à policultura de mão de obra familiar e imigrante. A CAIC teve grande participação na reestruturação fundiária de Ribeirão Preto e região, mas segundo Sebastião Geraldo (2002, p.25 Firmiano, Frederico D., 2009, p.36), as pequenas propriedades também eram compradas pelos colonos diretamente dos fazendeiros com o dinheiro que haviam acumulado das sobras do salário ou recebiam parte da terra do patrão como pagamento de dívidas trabalhistas. Como resultado, a região passou por um breve período de diversificação da produção rural.

Como resposta a crise energética iniciada em 1973 – como já mencionada anteriormente – o governo criou, em 1975, uma série de políticas públicas denominadas Proálcool para incentivar a instalação de usinas sucroalcooleiras para a produção de etanol.

Retirado do texto elaborado
coletivamente pelo G8_Territorialidade





WEINER AQUI ESTA
O POVO
SEM MEDO
SEM MEDO DE LUT
MEL
FORA BOLSONA
BRIGATA ITALIANA



ESPAÇO PÚBLICO

Práticas Coletivas que acompanham as **lutas sociais**, práticas cotidianas múltiplas e conflituosas.

FORMA SOCIAL

Acesso amplo e restrito às mais diferentes vozes e formas de apropriação privilegia o **encontro**. Interação das diferenças **apropriações** diversas.

COPRESENÇA

RUA

DIMENSÃO POLÍTICA

Locus privilegiado da **ação** e da **palavra**, da expressão livre e legítima do sujeito

- Cenário e materialidade expressiva do espaço público;
- Diversidade de **atividades** e **sujeitos**;
- **Observação** das relações **socioespaciais** cotidianas;
- Conflito e dissenso.

Famílias provenientes de

CENTROS URBANOS

com vontade de voltar para o campo e/ou ter um estilo de vida diferente.



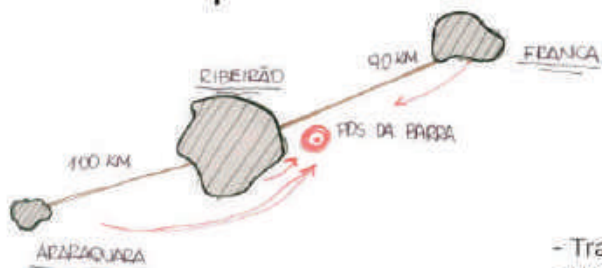
ESPAÇO PARA QUEM?

Quem define o espaço? Seus atores?

POPULAÇÃO NO ASSENTAMENTO

Famílias que vieram das cidades de

Ribeirão Preto, Franca e Araraquara.



ESPAÇO PARA O QUE?

Atividades coletivas no espaço

- Trabalho (cultivo);
- Festas e bailes;
- Esporte (principalmente futebol);
- Baralho/ sinuca --> BAR
- Caminhada / cavalgada;
- Restaurante / pizzeria;
- Churrasco;
- Reuniões

90%

dos assentados veio da cidade

BUSCA DA TERRA COMO MODO DE VIDA ALTERNATIVO E RENDA



RENDIA

- Muitos trabalham e estudam na cidade (indústria, comércio, serviço, construção civil, domésticas, etc.)

Homens vão para a cidade trabalhar

Mulheres ficam no campo cuidando do lote

- Comércio e serviço dentro do assentamento

- Cooperativas

Justiça Social do Espaço e Direito à cidade

Justiça Espacial e Social

O termo Justiça Espacial abrange uma grande ideia e apresenta dificuldades de compreensão. Primeiramente, deve-se levar em consideração o termo justiça como algo sem fim, um meio, algo em processo. A complexidade de se lidar com esse termo é que ele se aplica à sociedade, sendo que ela por si só não é algo estático e definido, mas sim heterogêneo e conflituosa. Algo pode ser justo para uma parcela da população e injusta para outra. Essa questão evidencia-se muito na luta pelo espaço, este que é produto social, tal como defende Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1968). O espaço é político, ideológico e pode reforçar certas "justiças" ou "injustiças". Ele pode ser moldado e projetado a fim de ser mais benéfico para todos ou, justamente o contrário, ser exclusivo e destinado à uma parcela da sociedade. Assim, a cidade forma-se a partir destes espaços, idealizados para certas pessoas e segregando ou não a sociedade que ali vive.

Dado isso, faz-se pertinente o questionamento "o que é justiça social?" Existem algumas teorias sobre esse conceito, a mais clássica delas é a de John Rawls que defende que justiça social está ligada à igualdade, equidade, baseada em decisões que beneficiem sempre os mais fracos (RAWLS, 1997). Rawls, de certa forma, generaliza a questão de justiça e, por isso foi muito criticado, já que torna superficial um mundo onde se

há uma gama enorme de culturas e heterogeneidades. De fato, é pertinente questionar-se do fato de que um mundo mais igualitário pode, muitas vezes, significar menos tolerância ao diferente e vice-versa. A teoria da filósofa Marion Iris Young (YOUNG, 1990), contrapõe a de Rawls. Young parte do ponto da identificação das injustiças de que certos grupos sociais sofrem. Para ela é a partir da concordância entre grupos sociais que surge a noção de "justiça" e não de um ideal abstrato, o que é basicamente a teoria de Rawls. Vale ressaltar que para Young existem cinco formas de opressão:

- 1- Exploração gerada pelo sistema capitalista;
- 2- Marginalização dos "excluídos da sociedade";
- 3- Ausência de poder;
- 4- Imperialismo cultural;
- 5 - Violência.

Por fim, David Harvey (HARVEY, 1973) não está de acordo com a oposição de Young para com a universalidade. Harvey acredita que o universal é o capitalismo e que a partir dele se geram todas as formas de injustiça presentes hoje. Harvey acrescenta uma sexta forma de opressão, além das cinco de Young, a do descaso que ações dos indivíduos podem causar a outros grupos em diversos espaços, sejam eles de dimensão privada ou pública. O que define, basicamente, uma das maiores injustiças do capitalismo atualmente, a individualização e falta de empatia dos grupos e culturas umas com as outras e isso produz uma tremenda injustiça espacial.

Outro ponto importante a levar-se em consideração para a noção de justiça espacial é referente à escala aplicada e analisada. Pensar-se justiça espacial em uma escala macro, urbana é completamente diferente de pensá-la na escala do espaço público. Ações para cada uma dessas escalas são diferentes e requerem debates específicos, se não há o risco de obter-se o efeito contrário de justiça espacial. É importante analisar a escala não somente do ponto de vista espacial, mas sim de entidades geradoras ou não de injustiça. Por exemplo, a escala governamental exerce uma manipulação e disputa de poder que abrange escalas espaciais absurdas. Percebe-se que as escalas são produzidas principalmente por atores sociais e políticos, cada um atuando em prol de seu objetivo. Em suma, percebe-se a importância de levar em consideração a pluridimensionalidade da justiça social que se reflete na justiça espacial por seus atores e suas diferentes escalas de atuação.



Arte elaborada pelo grupo Modifica.

https://www.modifica.com.br/terra-com-t-minusculo-mst-agroecologia/mst-agroecologia-facebook-2/#.YCcY_Xlv9PY

Acesso: 12/02/2021

Direito à cidade

A ideia de mercadoria da Revolução Industrial perpetua até os dias de hoje. Temos a cidade, o qual espaço é tido como produto que se reflete na propriedade privada, elemento que contribui para o processo de acumulação do capital. Essa questão não se limita ao território urbano, muito pelo contrário, tange áreas ambientais, oceanos e também o meio rural, objeto de estudo desta pesquisa. Desde a instituição das sesmarias, uma grande quantidade de terra no Brasil foi concentrada na mão de poucos, no caso os latifundiários, excluindo o direito à terra, ao trabalho e ao cultivo, exigidos pelos trabalhadores sem-terra, lutando e formando resistência frente à desigualdade existente no Brasil atual.

A partir do momento que o indivíduo tem acesso à moradia (propriedade privada), os espaços ("públicos") adjacentes a ela são pensados para suprir as necessidades dos habitantes ao redor. Necessidades essas entendidas pela lógica do capital, portanto com finalidades de consumo. A relação casa/espço público – privado; espaço de trabalho / espaço de lazer estende-se do bairro para a metrópole. Assim, o espaço cria meio e produto de determinadas práticas socioespaciais que definem quem irá utilizá-lo, quando e como. A produção e reprodução do espaço sob a perspectiva do capitalismo é social enquanto a sua apropriação é privada. Tem-se assim a sobreposição de morfologia

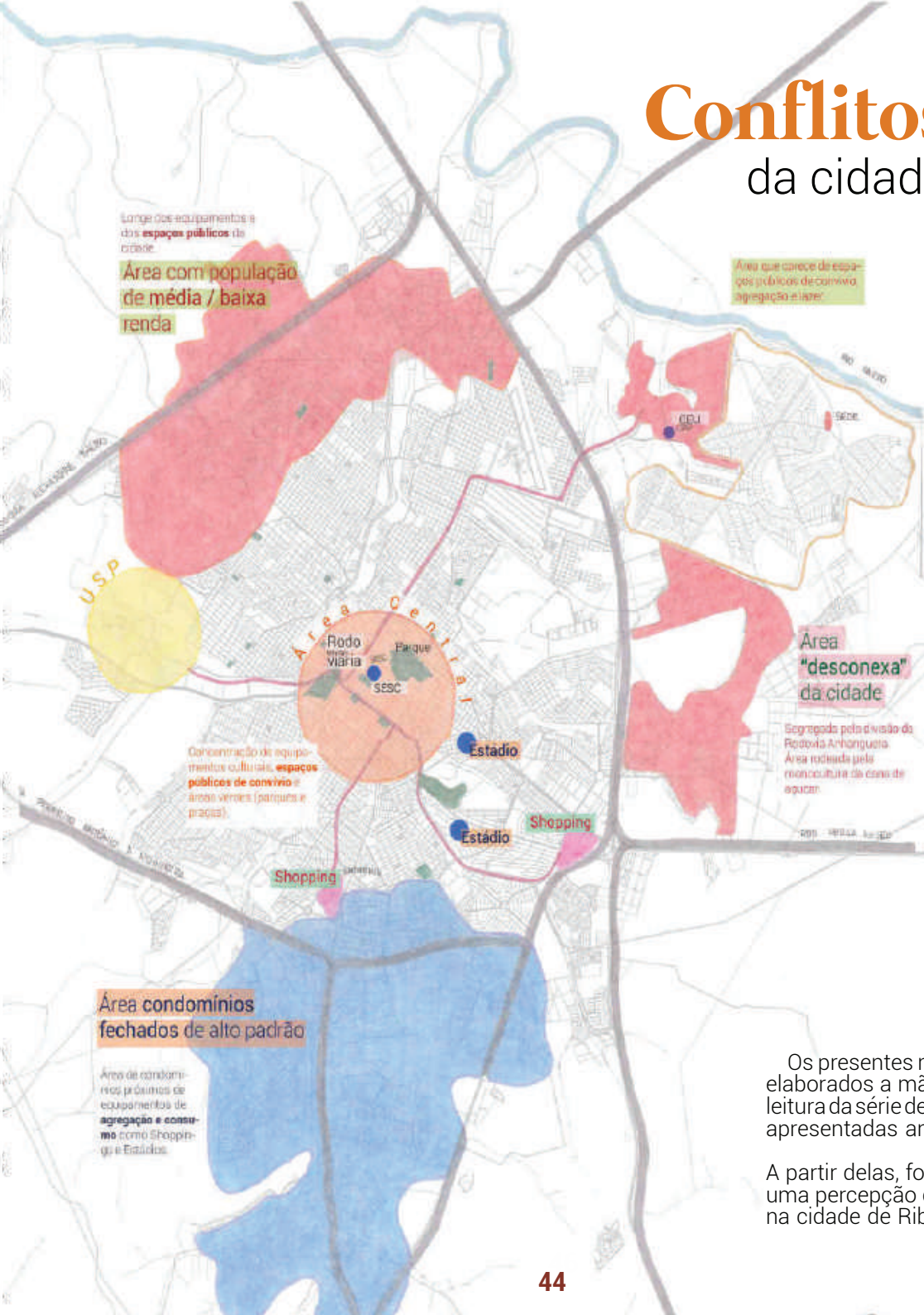
(segregação da cidade por meio da propriedade privada, gerando concentração de riquezas). (LEFEBVRE, 1968).

Tendo em vista esse cenário, tem-se a cidade contemporânea capitalista como geradora de espaços segregados que negam a essência da vida urbana, da coletividade e da vida social, dissociando o indivíduo cidadão da cidade, como se ele não fizesse parte dela, fazendo-o utilizar-se dos espaços públicos somente para sua subsistência e necessidade de sobrevivência no meio urbano. Apesar disso, o espaço é também lócus de luta e resistência.

Importante ressaltar em que âmbitos a desigualdade socioespacial nega o direito à cidade. Ela ocorre principalmente na esfera do habitar e na da infraestrutura urbana. Habitar não como moradia, pois o morar por si só não garante esse direito, mas sim onde exerce-se a cidadania, onde pode-se expressar a identidade, o sentimento de pertencimento, de raízes.

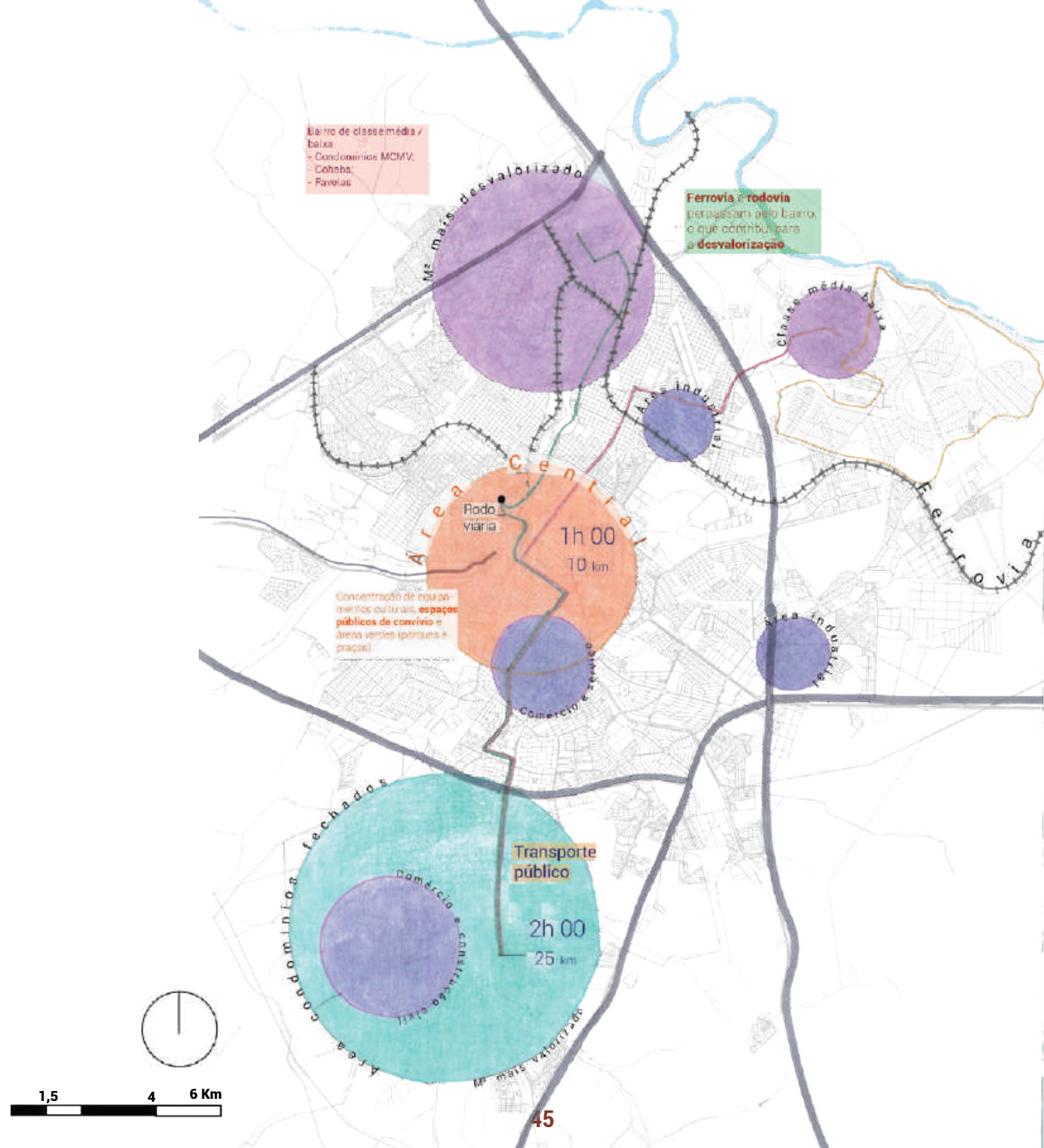
Dado isso, a questão do direito à cidade transborda para o território rural que não é desconectado do urbano. Um depende do outro. O rural alimenta o urbano, troca e comercializa. Principalmente quando se trata de assentamentos rurais que estão próximos de centros metropolitanos, a troca é diária e constante. Assentados utilizam da infraestrutura urbana, muitas vezes trabalham nas cidades.

Conflitos da cidade



Os presentes mapas foram elaborados a mão a partir da leitura da série de cartografias apresentadas anteriormente.

A partir delas, foi possível ter uma percepção dos conflitos na cidade de Ribeirão Preto.



Leituras de Território

PDS da Barra



Feita a leitura da cidade como um todo, uma análise mais aproximada do assentamento rural se fez necessária. Suas fronteiras, a relação que estabelece com a cidade ao seu redor, com as monoculturas da cana de açúcar e também com a questão da reserva ambiental. As leituras do PDS apresentadas a seguir foram elaboradas em grupo, o G8_Territorialidade.

PDS da Barra

PDS: Projeto de desenvolvimento sustentável

Histórico

Geograficamente localizado sobre a área de recarga do Aquífero Guarani, o atual território do PDS da barra é resultado da desapropriação das terras da antiga Fazenda da Barra - propriedade privada pertencente à Fundação Sinhô Junqueira que, segundo as diretrizes do código florestal brasileiro, deveria conservar (como área de proteção permanente) 20 % dos 1.550,00 hectares totais de que dispunha (AGUIAR, 2011, p. 19). No entanto o extensivo arrendamento de terras para o setor sucroalcooleiro realizada pela família proprietária da fazenda, a partir da década de 80, foi o estopim de um intenso processo de desmatamento, o qual veio a exceder o limite legal estabelecido. Além disso, era constante e intensa a drenagem irregular de água do Rio Pardo para a irrigação desta mesma monocultura de cana de açúcar. Estas duas práticas ilegais foram, no início da década de 90, catalisadoras da instauração de inúmeros inquéritos civis pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), a fim de averiguar os danos ambientais na área. "A partir dos laudos de vistoria realizados, foi aberta uma ação civil pública em 1993, que constatou as irregularidades ambientais da área investigada e aplicou seguidas multas pelos passivos ambientais." (AGUIAR, 2011, p. 20).

Fazenda da Barra em 1984

FONTE: Ministério Público Estadual



Fazenda da Barra em 2000

FONTE: Ministério Público Estadual

No entanto, desde a Constituição Federal de 1988, terras em situação de irregularidade ambiental estavam passíveis à desapropriação para fins de reforma agrária, o que inevitavelmente levou ao início do processo de desapropriação da área, no ano 2000, após membros do poder público e da sociedade civil se organizarem "a fim de construir um projeto para área com promessa de que o uso da terra garantisse o cumprimento da função social da propriedade." (AGUIAR, 2011, p. 20). Assim, em 2003, 400 famílias convidadas pela frente de massas do MST montaram o primeiro acampamento de Ribeirão Preto, o Acampamento Mário Lago, que pretendia pressionar o Governo Federal pela efetivação da desapropriação da Fazenda da Barra, a qual corria risco de ser revertida, uma vez que a família detentora da terra havia recorrido judicialmente pela decisão. A formação do acampamento, neste contexto, contou com uma particularidade em relação às outras formações do MST: a maioria das famílias participantes provinham de territórios urbanos, advindos de cidades vizinhas - indivíduos marginalizados, trabalhadores desempregados em busca de um novo modo de vida, em sua maioria migrantes afetados pela crise da indústria de calçados de Franca e pela crise das usinas de cana de açúcar da região.

Porém, o acampamento não pôde ser erguido dentro da área da Fazenda, já que uma medida provisória editada em 2000, pelo Governo FHC, na tentativa de desmobilizar esse tipo de iniciativa, "impede a vistoria em terras ocupadas e a sua desapropriação para fins de Reforma Agrária no período de dois anos, podendo esse prazo ser prorrogado, no caso de reincidência na ocupação." (AGUIAR, 2011, p. 23). Ainda segundo o autor, como nova estratégia, os movimentos sociais passaram a ocupar áreas adjacentes à área reivindicada de fato. No caso em questão, o local inicialmente ocupado foi o Sítio Braghetto, escolhido por estar em situação fiscal irregular. No entanto, mediante um pedido de reintegração de posse o acampamento precisou se deslocar. Esse processo de deslocamento, de ocupação e desocupação foi repetido algumas vezes ao longo dos anos, em diferentes locais, o que implicou em um desgaste muito grande para as famílias integrantes e um consequente esvaziamento do movimento. Em 2004, após a devida vistoria e laudo do INCRA, 117 famílias ocuparam definitivamente a área da fazenda e, em 2005, o número de famílias já chegava a 600. O período de acampamento perdurou, ainda, por mais 3 longos anos até que a admissão da posse fosse efetivada pelo agora então presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2007. Neste período, a família proprietária da terra utilizou todos os recursos cabíveis para impedir a desapropriação: contestou os laudos do INCRA e argumentou a ilegalidade na ocupação, que impediu a realização de um novo laudo naquela área.



Sistema de agrofloresta
 FONTE: desenho retirado do link <https://www.jardimdomundo.com/conheca-agricultura-que-planta-florestas-documentario/>

Diante deste cenário conturbado, durante os anos de acampamento, divergências ideológicas desgastaram a convivência entre as famílias do movimento, o que ocasionou uma ruptura: um grupo se separou do MST, montando o "Acampamento Santos Dias" em outro setor da Fazenda e erguendo a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Esse grupo, que começou pequeno, foi recebendo novos integrantes ao longo do tempo e está se tornando cada vez maior. No entanto, este movimento também enfrentou conflitos e uma nova ruptura interna se fez: 56 famílias se separaram para formar o "Acampamento Índio Galdino", sem nenhuma filiação aos movimentos sociais (bandeira branca). É importante que se entenda esta divisão política uma vez que o recorte projetual do grupo não abrange a área total do PDS, e sim apenas o denominado como "Assentamento Mário Lago", do MST. Mediante a admissão da posse, o INCRA iniciou, em 2008, a elaboração do projeto do assentamento conjuntamente com os três assentamentos - os quais já estavam devidamente homologados. Devido ao histórico ambiental da área, e também por estar sobre o aquífero, a proposta do INCRA era de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) - um modelo de assentamento que tem como objetivo uma produção sustentável no lote, em detrimento do modelo monocultivista que é mecanizado agressivo e possui grandes latifúndios. Esta proposta, segundo Aguiar (2011, p.38), de certa forma ia de encontro ao desejo das famílias que compunham o acampamento Mário Lago, as quais idealizaram um modelo alternativo ao tradicional, que pudesse se contrapor ao agronegócio e à agricultura moderna que, cada vez mais mecanizada, não necessita de pessoas morando no campo.

Além disso, neste modelo diferenciado de assentamento proposto pelo MST, devido à característica ambientalmente sensível da área em que se encontrava, "as famílias não poderiam fazer queimadas, usar veneno nas plantações, desmatar os resquícios de mata que restaram na fazenda [...]. A discussão sobre a formação de um assentamento agroflorestal perpassou pelos sete anos durante os quais as famílias ficaram acampadas." (AGUIAR, 2011, p.38). Apesar de ter sido o modelo de fato implantado pelo MST, tais anseios ideológicos não seriam contemplados pelo modelo de PDS neste contexto devido à raiz urbana das famílias assentadas pois estas, nas palavras do autor, "acostumadas com as mordomias da cidade" não se acostumariam à realidade de falta de infraestrutura básica comumente enfrentada pelos assentamentos rurais brasileiros (AGUIAR, 2011, p.41). Como alternativa, a proposta ideal defendida pelo movimento seria a de Comuna da Terra, que se caracteriza por:

"...moradia em lotes menores, devido ao alto valor da terra próximo às grandes cidades, com uma produção voltada para pequenos animais e hortifruti-granjeiros, com área coletivas de produção e com agroindústrias. Essa concepção de assentamento, na visão do Movimento, permitiria ao assentado manter uma renda o ano todo. Mas, para que isso pudesse ocorrer, os novos modelos de assentamentos agroecológicos teriam que ter, na sua implantação, as políticas públicas de estruturação como luz elétrica, água encanada para o consumo das famílias assentadas e a irrigação, moradia, agroindústrias, escola, posto de saúde, transporte escola etc." (AGUIAR, 2011, p.41)

Essa informação é relevante a medida que ajuda a entender melhor os porquês da situação em que se encontra hoje este território: um assentamento esvaziado, com lotes improdutivos e assentados que, em sua grande parte, adotam o modo de vida tipicamente urbano para si, trabalhando e consumindo nas cidades, retornando às suas casas apenas para descanso. Justificar este cenário simplesmente pelo fato de que o assentamento se encontra em contato direto com a malha urbana, pode soar simplista à medida que, neste raciocínio não são analisados: a origem desta população, a precariedade a qual esta submetida e às dificuldades produtivas enfrentadas numa terra intensamente degradada pelo agronegócio, a qual demanda uma imensa carga de energia e recurso financeiro para ser recuperada.

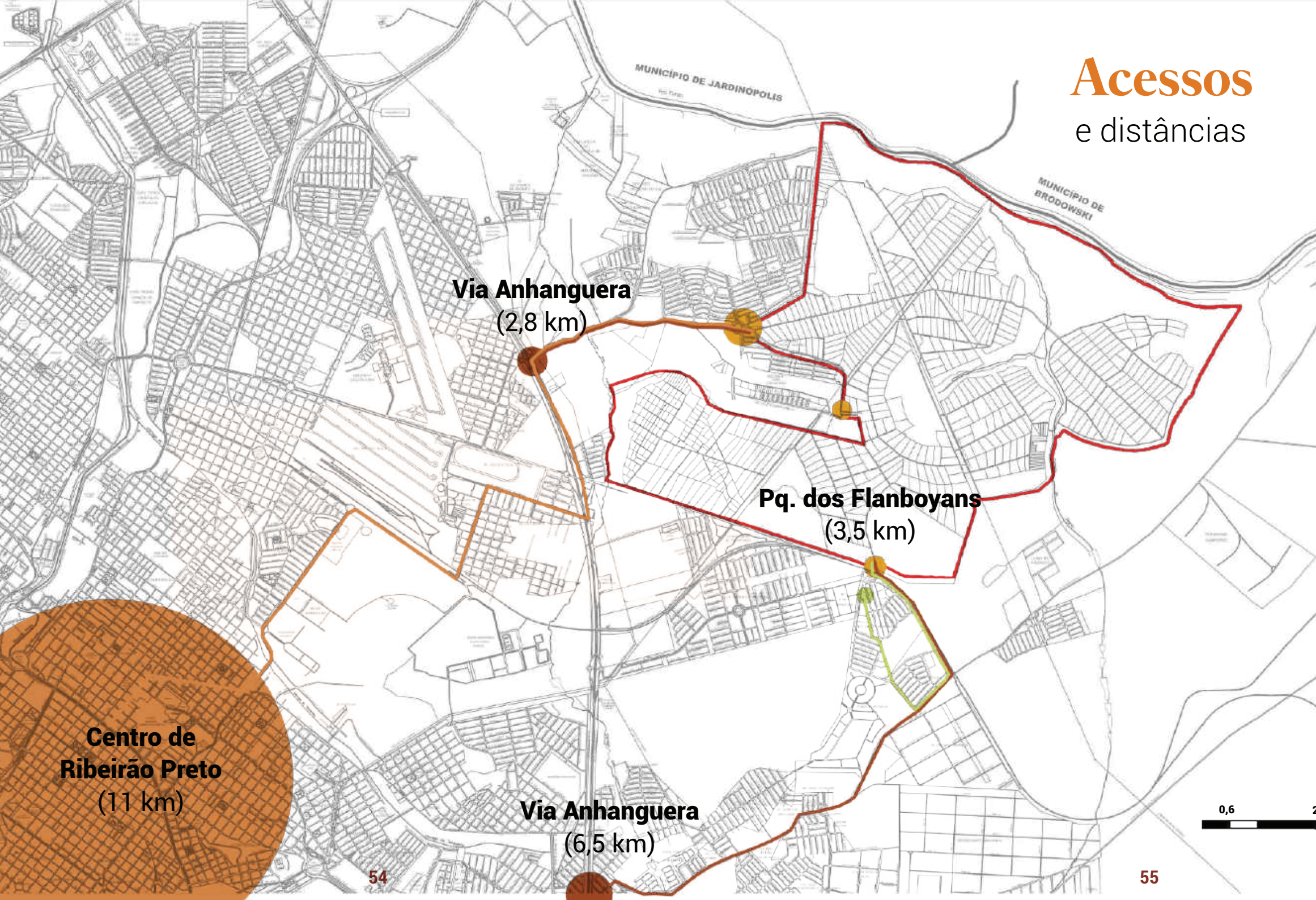
* Ver prancha 02 no final do caderno para complemento das informações sobre o PDS da Barra.



Assembléia geral do acampamento Mário Lago

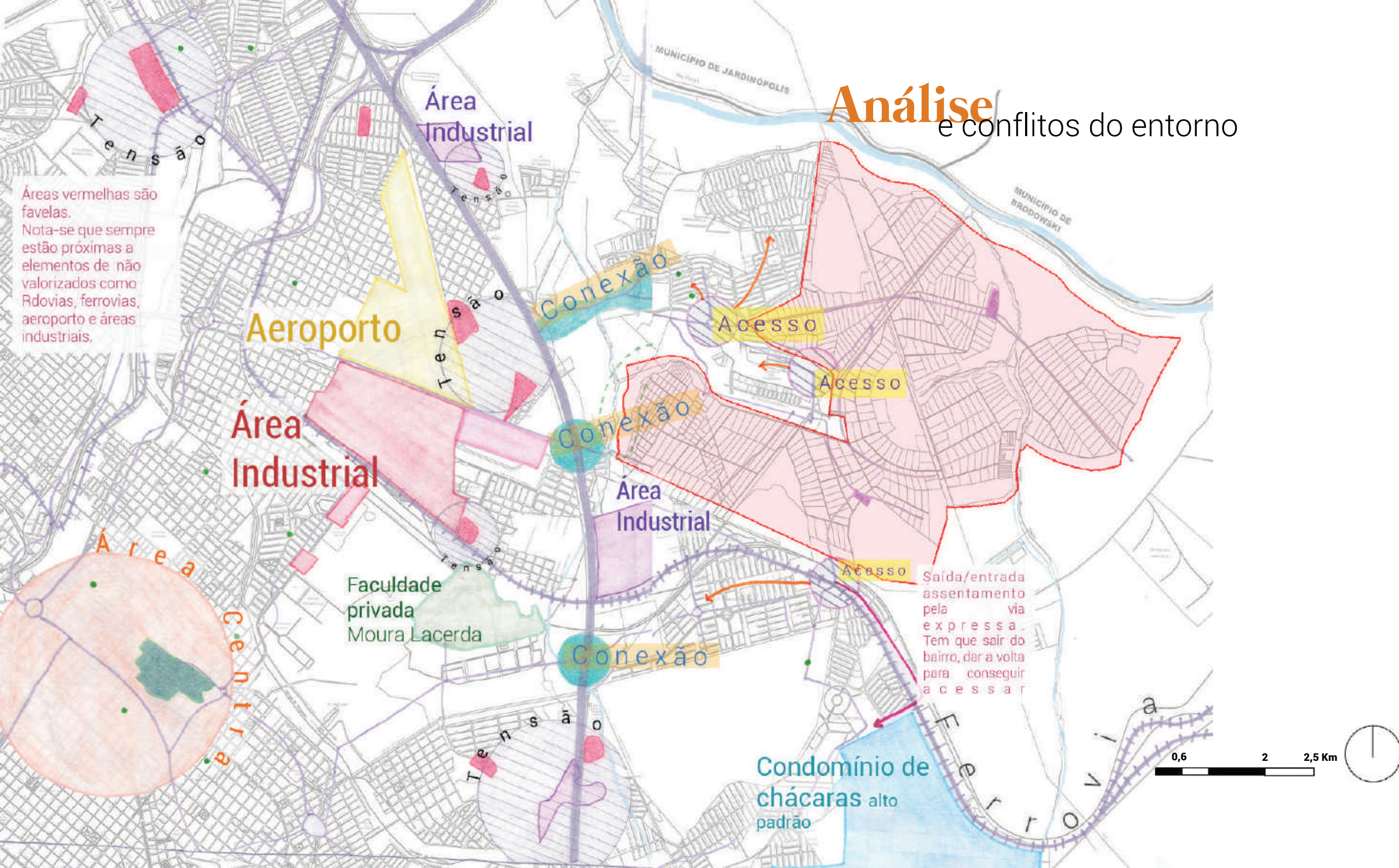
FONTE: Arquivo MST, 2005

Acessos e distâncias



Análise

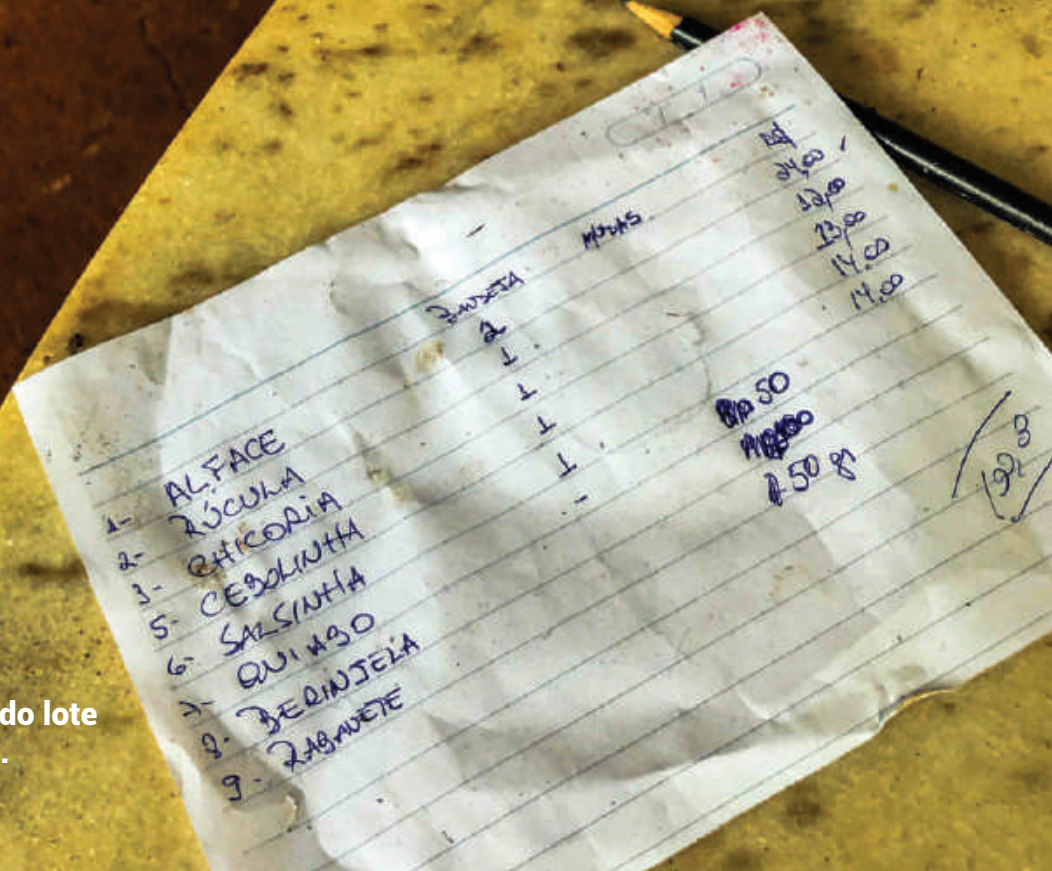
e conflitos do entorno



Registros fotográficos

Durante a visita de campo, foram realizados alguns registros fotográficos. Algumas fotos foram inseridas neste caderno com o fim de perpassar as sensações e a veracidade dos ambientes e da paisagem do PDS da Barra.

Lista de vendas do lote
do Seu Paraguai.



	Quantidade	Preço
1- ALFACE	2	R\$ 24,00
2- RUCULA	1	10,00
3- CHICORIA	1	23,00
5- CEBOLINHA	1	14,00
6- SALSA	1	14,00
7- QUIABO	1	
8- BERINJEIRA	1	
9- ZABAGETE	1	

R\$ 50
R\$ 50
R\$ 50 81



Copa da UBS



Vista da entrada da casa do Seu Paraguai.



Vista UBS



Estrada do Linhão de
energia







Vista do curral onde ocorrem os encontros e reuniões dos assentados. (Terreno casa da fazenda).



Vista de dentro da casa da fazenda.

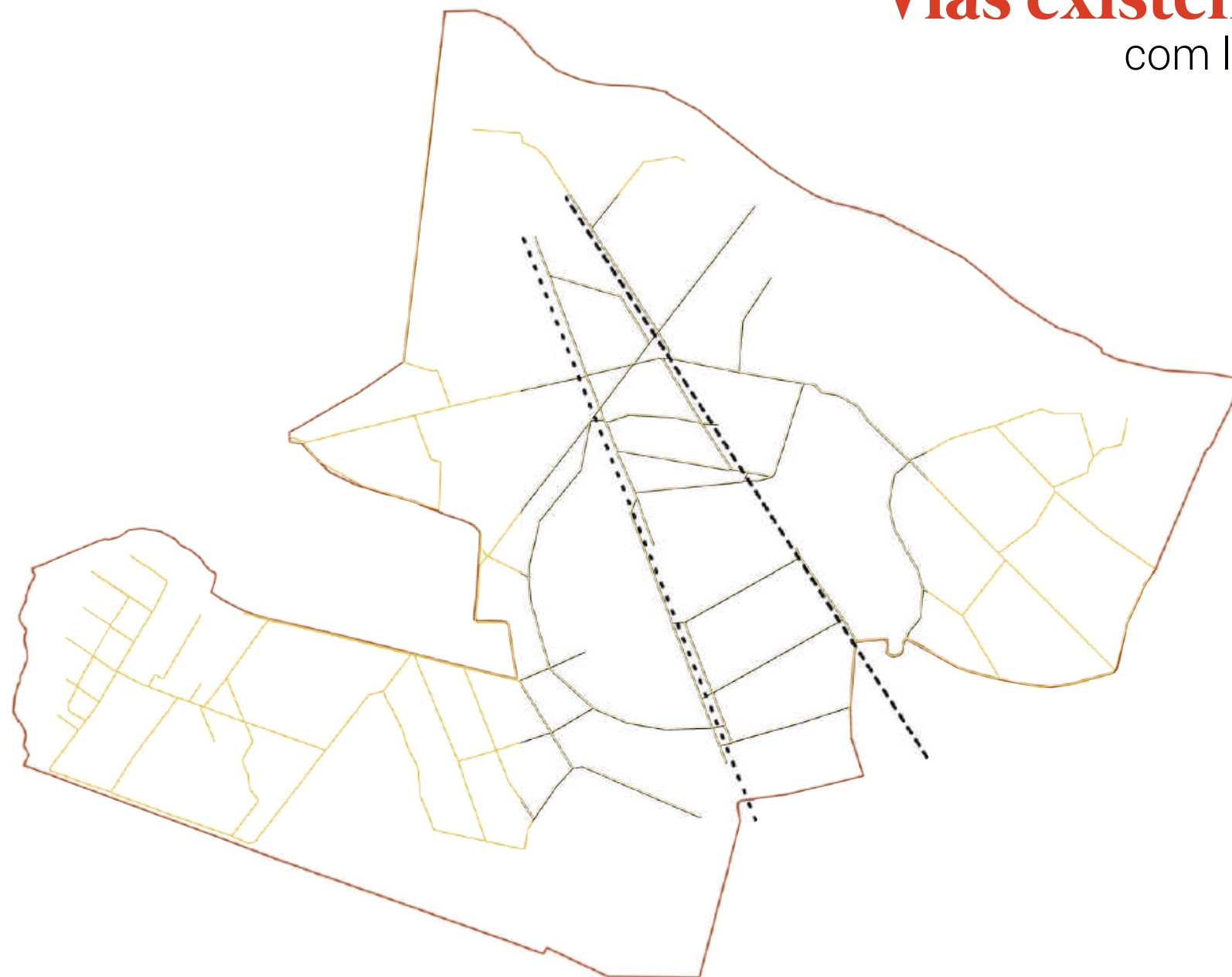
Sistema e diretrizes



assentamento Mário Lago

Feitos os levantamentos e análises do território, foi idealizado um sistema integrado dentro do assentamento. Unindo os projetos dos outros integrantes do G8_territorialidades, se obteve um sistema de educação, de comércio, de trabalho e de espaços públicos.

Vias existentes

com linhão

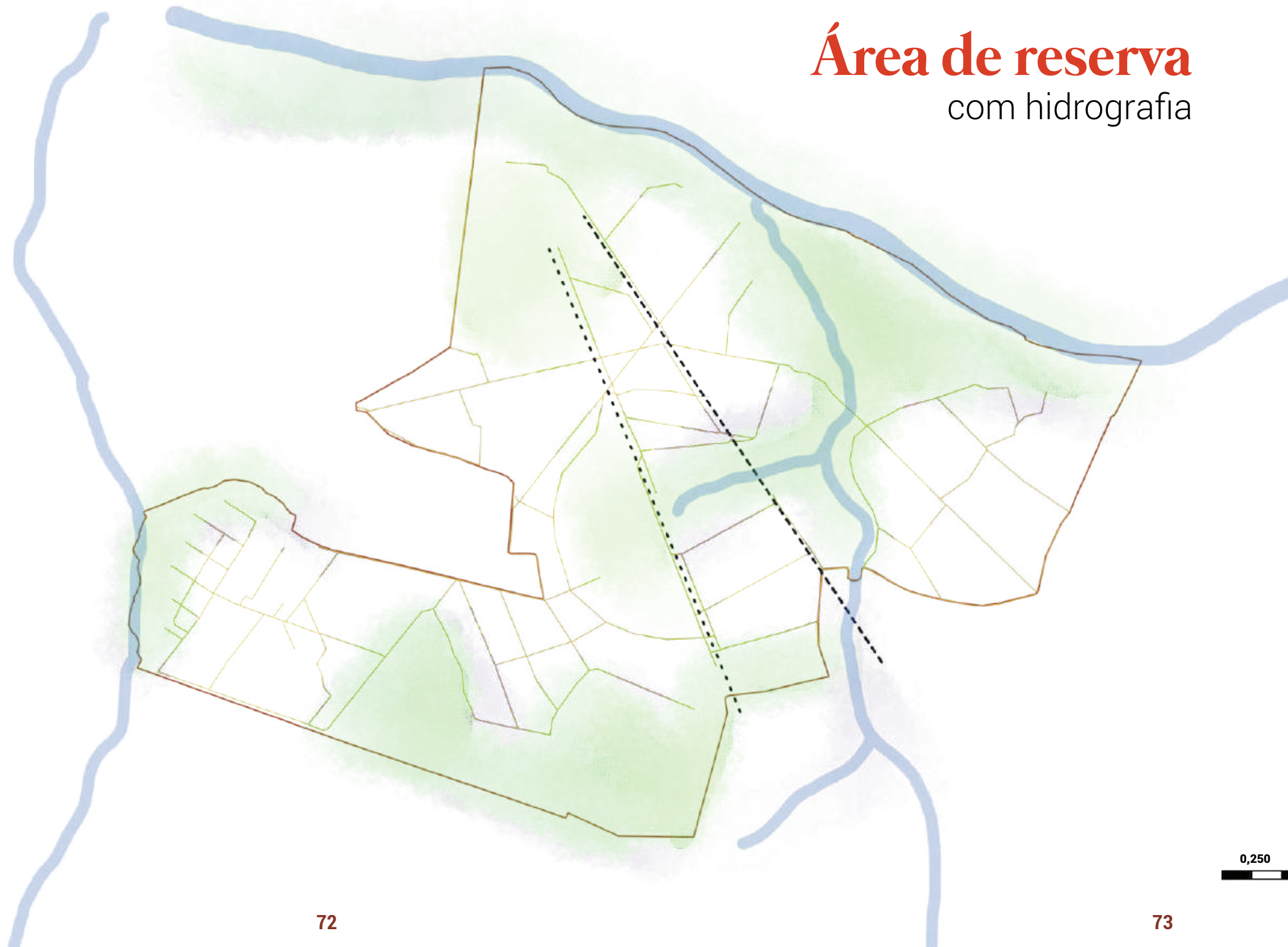


-  Vias internas do PDS
-  Linhão de energia existente

0,250 1,3 2 Km

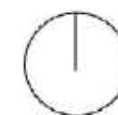


Área de reserva com hidrografia

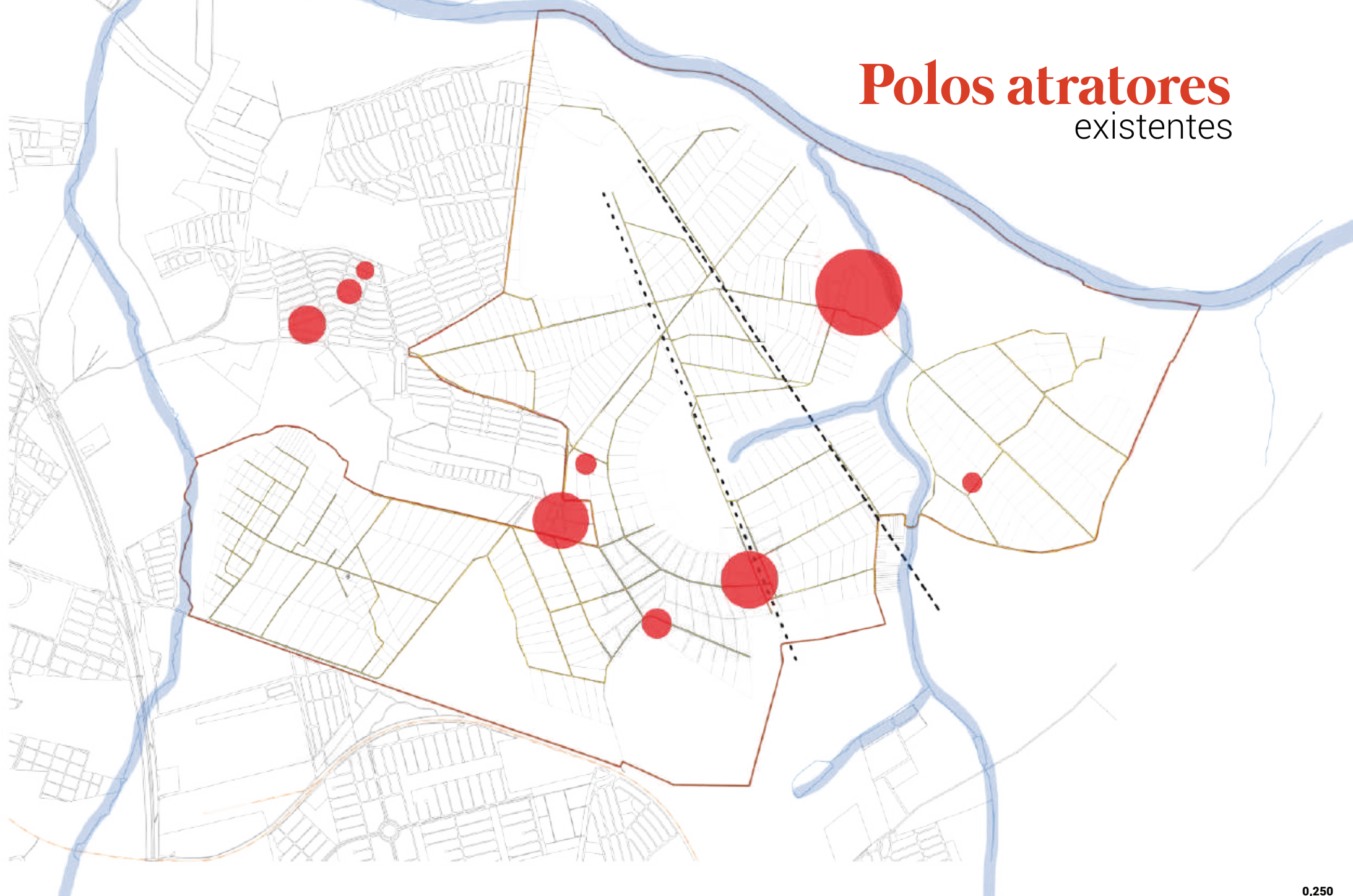


- Vias internas do PDS
- Linhão de energia existente
- Hidrografia
- Área Reserva / florestada

0,250 1,3 2 Km



Polos atratores existentes



- Vias internas do PDS
- Linhão de energia existente
- Hidrografia
- Polos atratores

0,250 1,3 2 Km

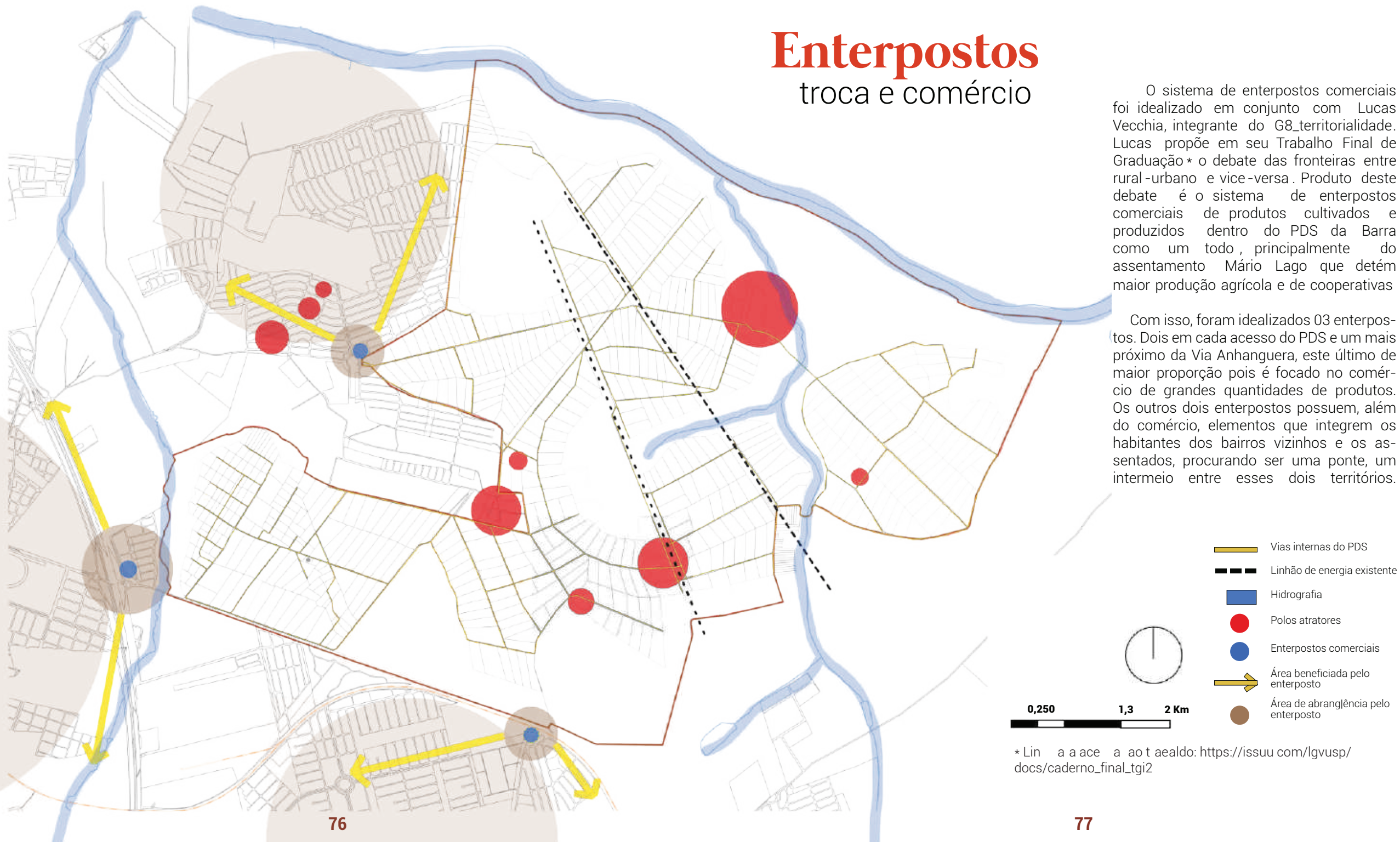


Enterpostos

troca e comércio

O sistema de enterpostos comerciais foi idealizado em conjunto com Lucas Vecchia, integrante do G8_territorialidade. Lucas propõe em seu Trabalho Final de Graduação* o debate das fronteiras entre rural-urbano e vice-versa. Produto deste debate é o sistema de enterpostos comerciais de produtos cultivados e produzidos dentro do PDS da Barra como um todo, principalmente do assentamento Mário Lago que detém maior produção agrícola e de cooperativas

Com isso, foram idealizados 03 enterpostos. Dois em cada acesso do PDS e um mais próximo da Via Anhanguera, este último de maior proporção pois é focado no comércio de grandes quantidades de produtos. Os outros dois enterpostos possuem, além do comércio, elementos que integrem os habitantes dos bairros vizinhos e os assentados, procurando ser uma ponte, um intermeio entre esses dois territórios.



Além da Escola do Campo, o sistema compreende outras unidades ao longo do PDS focadas em questões educacionais e de troca de saberes do meio rural para o meio urbano, levando assim a cultura e conhecimento do campesinato para a população urbana que não o possui. Aliado a isso, percebe-se uma onda social contemporânea de volta "às raízes" (modos de vida mais saudáveis, maior contato com a natureza, escolha por produtos menos industrializados, etc) por parte da população que habita grandes centros metropolitanos, como é o caso de Ribeirão Preto. Cursos de saboaria, de artesanato, produção de cosméticos naturais estão tendo uma grande procura ultimamente, principalmente nas grandes cidades. Dado isso, a proposta do sistema educacional de Fernanda estabelece uma conexão de troca de saberes com a comunidade ao redor do assentamento, fortalecendo a relação entre o campesinato e a sociedade civil.

Integração I

Preservação do aquífero, artesanato, reparos domésticos, etc.

Apoio ao produtor

Finanças, empreendedorismo, mercado, vendas, leis, etc

Escola do campo

Apoio ambiental

Produção de mudas, reflorestamento, medicina natural, repelentes naturais, fitoterápicos.

Integração II

Destinado aos jovens devido a proximidade com a escola do bairro vizinho. Dança, biblioteca, música e esporte.

Rede educacional integrada

O sistema educacional foi idealizado juntamente com Fernanda Seleguim, também integrante do grupo G 8 _territorialidade. * O objeto de estudo e projeto de Fernanda é uma escola que abrange o ensino básico até o médio para o PDS da Barra, não somente para o assentamento Mário Lago. A Escola do Campo localiza-se no lote da Sede do MST, onde se encontra a casa da antiga Fazenda da Barra, o maior polo de agregação presente hoje no assentamento. A escolha pelo local da sede do movimento fundamenta-se na ideia de reaproximar os assentamentos afastados do movimento e da vida coletiva que existia antigamente.

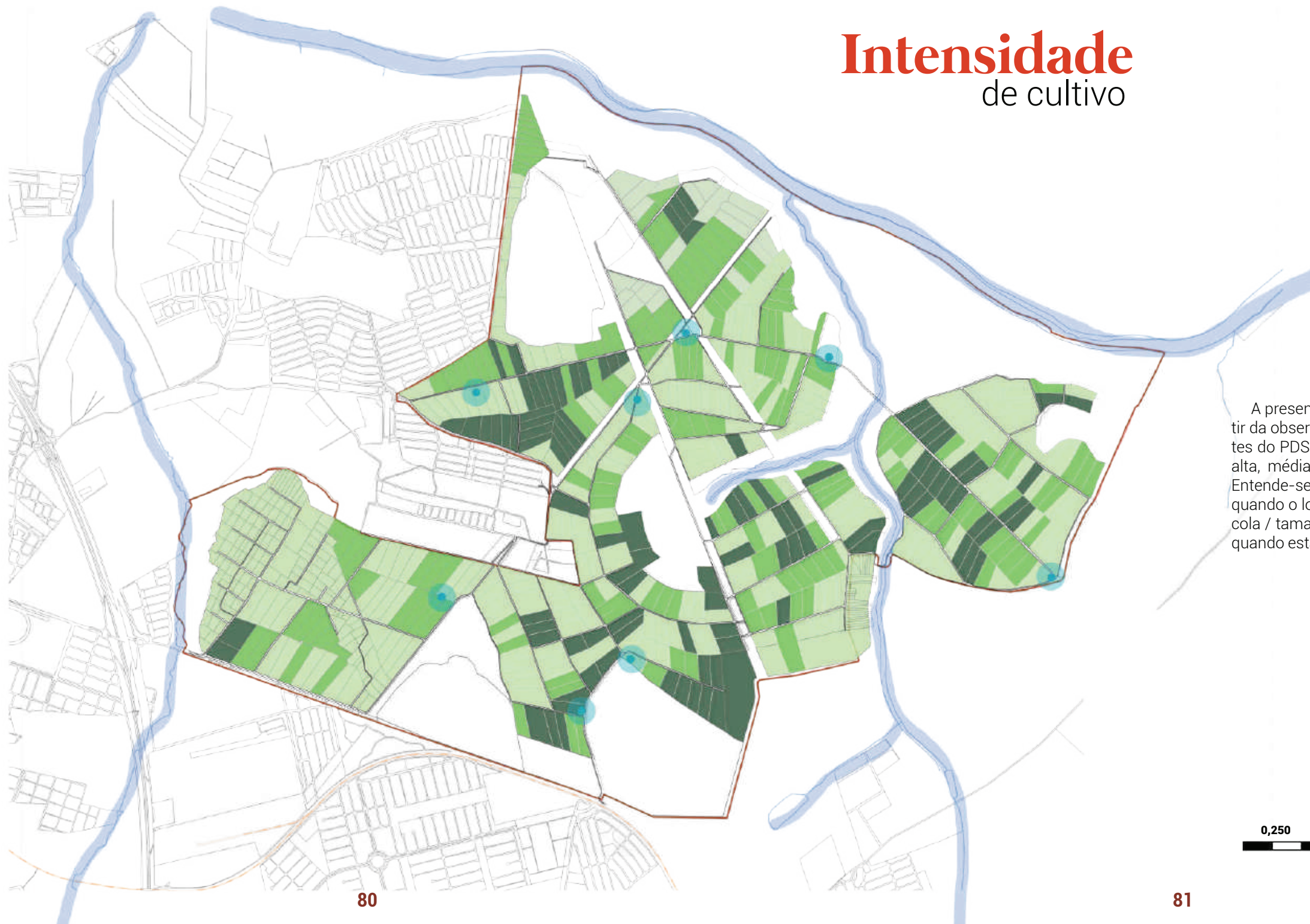
* Link para acessar ao trabalho: https://issuu.com/fernandaseleguim/docs/tgi_ii_fernanda_seleguim

- Vão internos do PDS
- Linha de energia existente
- Hidrografia
- Polos atratores
- Entrepósitos comerciais
- Área beneficiada pelo entreposto
- Área de abrangência pelo entreposto
- Pontos da rede educacional integrada
- Conexões da rede
- Nova via a ser aberta



0,250 1,3 2 Km

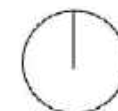
Intensidade de cultivo



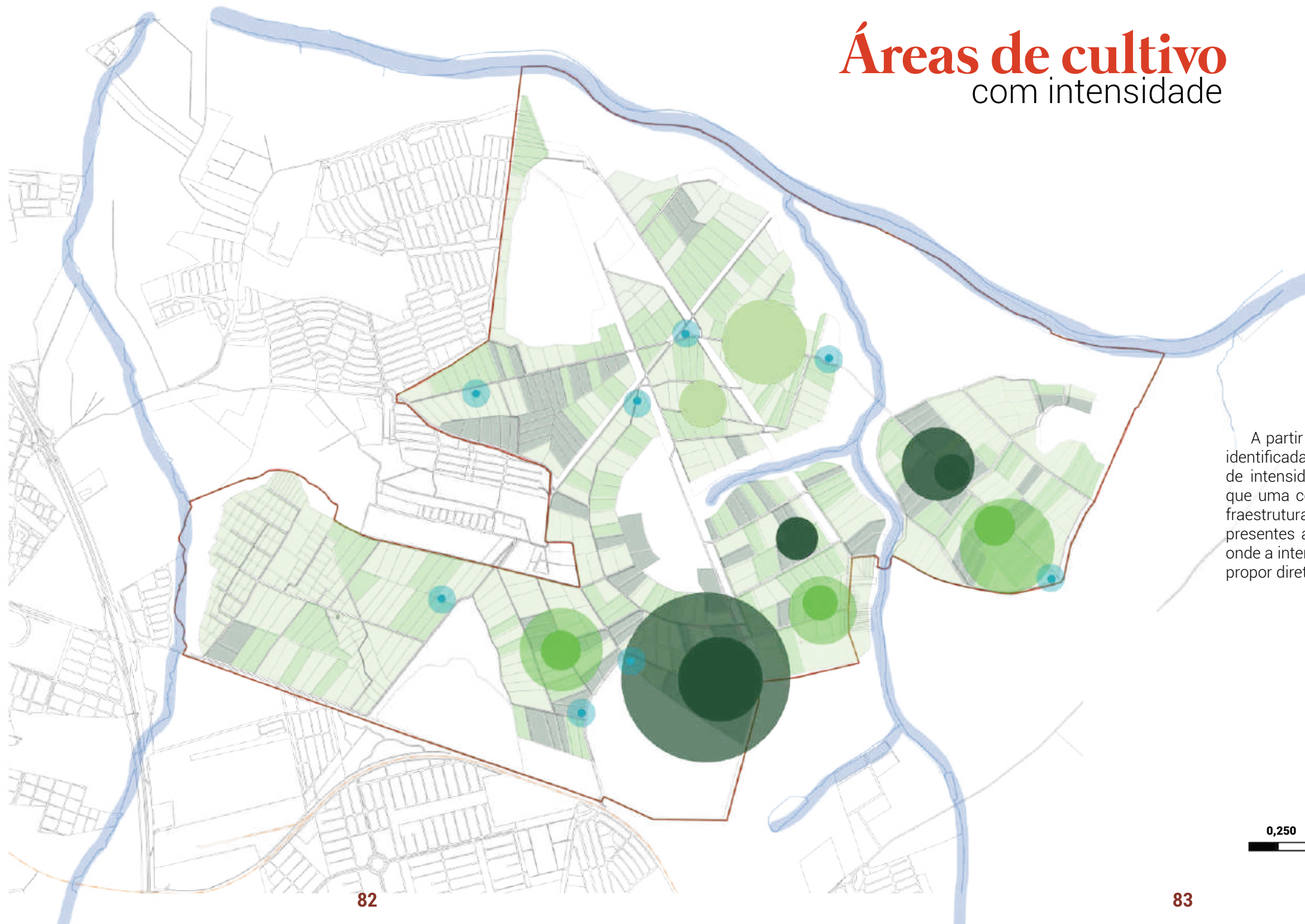
A presente cartografia foi realizada a partir da observação de imagem satélite dos lotes do PDS a fim de identificar os lotes com alta, média e baixa intensidade de cultivo. Entende-se por intensidade de cultivo alta quando o lote possui relação produção agrícola / tamanho do lote próxima de 1 e baixa quando esta relação está mais próxima de 0.

- Baixo
- Médio
- Alto
- Poços de água
- Hidrografia

0,250 1,3 2 Km



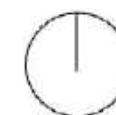
Áreas de cultivo com intensidade



A partir do levantamento anterior, foram identificadas áreas que possuem alto grau de intensidade de cultivo. Isso leva a crer que uma certa demanda de apoio e de infraestrutura existe para os agricultores ali presentes ao mesmo tempo em que áreas onde a intensidade é baixa é interessante se propor diretrizes para aumentar a produção.

- Baixo
- Médio
- Alto
- Poços de água
- Hidrografia

0,250 1,3 2 Km



O sistema no Mário Lago

Observa-se a somatória do sistema de enterpostos, o educacional e o de trabalho. Este ultimo foi elaborado a partir do levantamento de intensidade de cultivo, levando a criação de pontos de apoio e lotes coletivos para cultivo agrícola, de modo a incentivar a população de áreas com baixo cultivo a produzir e tirar sua renda da terra.

- Vias internas do PDS
- Baixo
- Médio
- Alto
- Poços de água
- Hidrografia
- Enterpostos comerciais
- Área beneficiada pelo enterposto
- Área de abrangência pelo enterposto
- Lotes coletivos de cultivo existentes
- Lotes coletivos de cultivo propostos
- Ponto de apoio
- Conexões da rede
- Nova via a ser aberta

0,250 1,3 2 Km



O projeto

Espaço coletivo como núcleo

Aproximando-se da escala da arquitetura e do espaço, as páginas a seguir demonstram as etapas que se seguiram para alcançar uma ideia de anteprojeto de um espaço público e coletivo, destinado à toda comunidade, não somente a do assentamento como um todo, mas da cidade de Ribeirão Preto e de outros órgãos como escolas e universidades.

Rafaela Oliveira de Jesus, 22 anos. Foto: Ju Adriano
<https://mst.org.br/2020/07/27/sou-sem-terra-eu-sei-e-essa-e-a-identidade-mais-bonita-que-eu-ganhei/>
Acesso: 13/02/2021

Escolha do local

3 possíveis terrenos

Escolher um ponto para o projeto de um espaço público em um território tão vasto foi um desafio. Porém, considerando a existência dos outros sistemas (entrepósitos e educacional) que já se tornam polos atratores, um levantamento de terrenos com grande potencial de atração de pessoas foi feito. Assim, três opções foram consideradas de início. O terreno em uma das entradas do assentamento (1), o da reserva legal (2) e o da antiga sede da fazenda e atual sede do MST - terreno onde Fernanda Seleguim projetou sua Escola do Campo* - (3). O terreno da Reserva Legal (2) foi o escolhido devido à sua posição central em relação ao assentamento, por abrigar a UBS, por ser uma área destinada à reflorestamento e por estar próximo da nascente do aquífero Guarani.

* Link para acessar ao trabalho: https://issuu.com/lgvusp/docs/caderno_final_tgi2



Atividades

no assentamento

Para projetar um núcleo de convívio tornou-se vital reconhecer as pessoas para qual se estava projetando. Uma visita de campo foi realizada no primeiro semestre de 2019. Conhecendo melhor as pessoas, suas rotinas, seus afazeres, o que gostam e o que não gostam foram listadas algumas atividades coletivas que mais ocorrem no assentamento:

- Trabalho (cultivo);
- Festas e bailes;
- Esporte (principalmente futebol);
- Bar (baralho/sinuca);
- Caminhada/cavalgada;
- Restaurante/pizzaria;
- Churrasco;
- Grupo de reflexão e formação.

As atividades coletivas no assentamento são de extrema importância para se manter viva a alma do espírito de luta do MST que só ocorre justamente com a união das pessoas, dos sem terra. Com as famílias já assentadas, cada vez mais distantes fisicamente de um lote para o outro, permanece o desafio de mantê-las unidas, pois a tendência é cada vez mais se

afastar e voltar a energia e atenção para sua vida individual, que é o que está ocorrendo. Dado isso, o objetivo do Núcleo de convívio e dos outros polos atratores já mencionados anteriormente, é justamente retomar a essência da filosofia do MST, da união de pessoas em prol de uma mesma luta e uma mesma causa, por meio do convívio coletivo do debate.



Partido

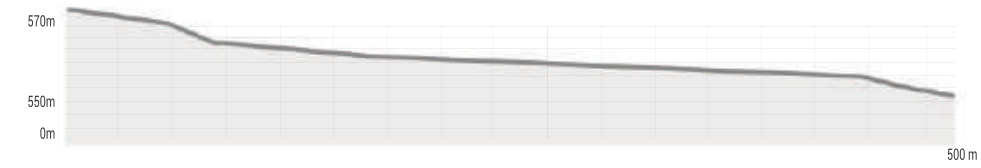
Localização

Alguns elementos foram importantes e decisivos para o partido e localização do projeto, dada a grande área:

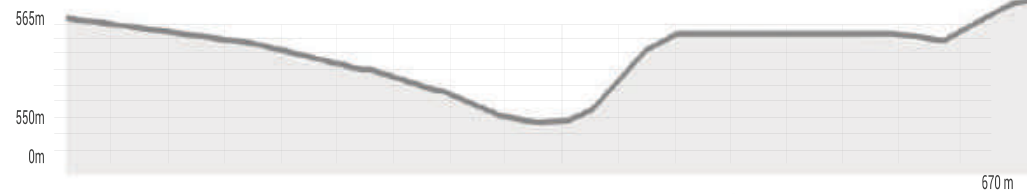
- Vegetação;
- Posição nascente;
- Orientação do nascer-pôr do sol (eixo leste oeste);
- Topografia e elevação do terreno;
- Pré-existências na área da UBS.



Nascente e topografia



Elevação AA'

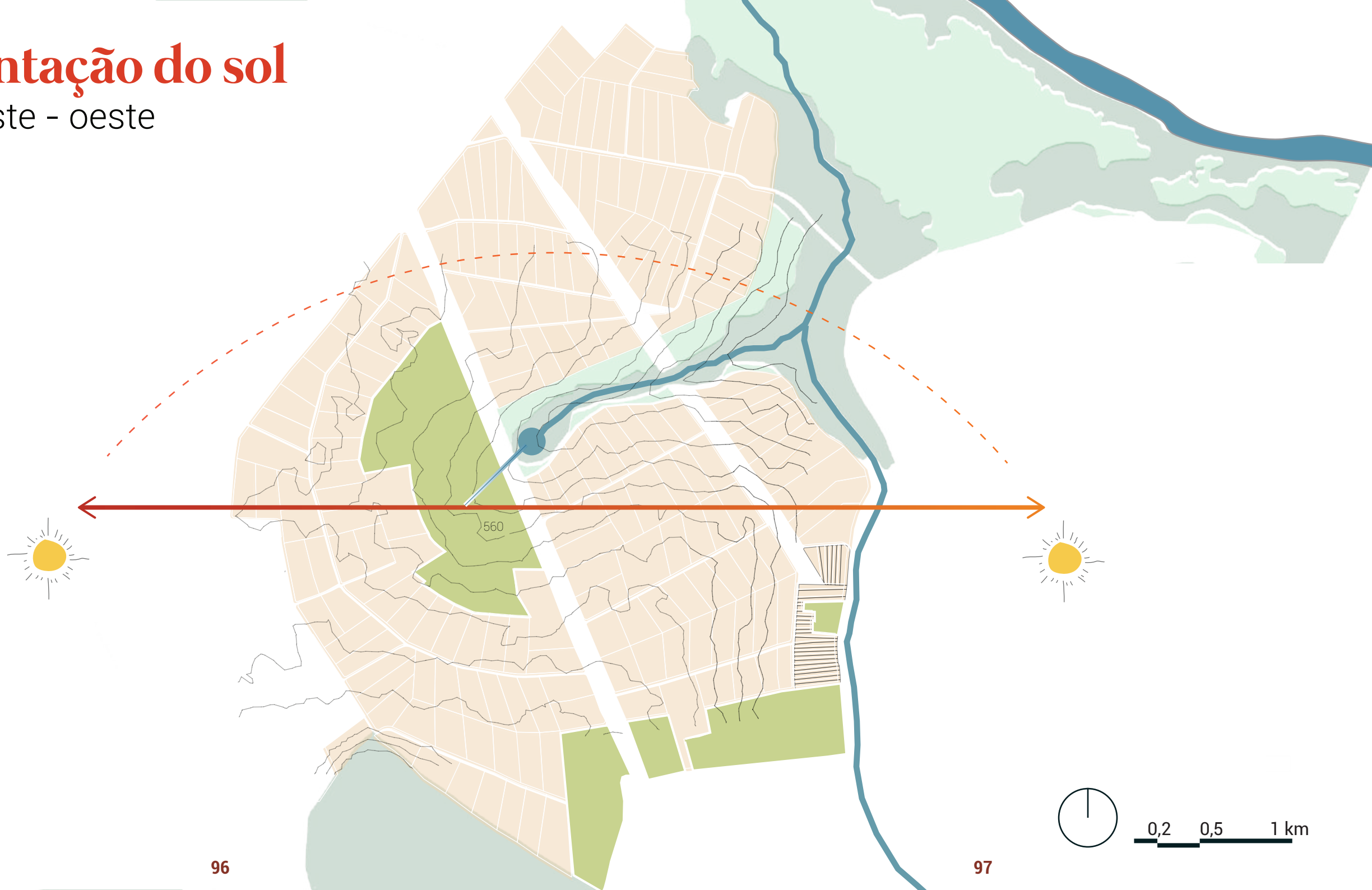


Elevação BB'



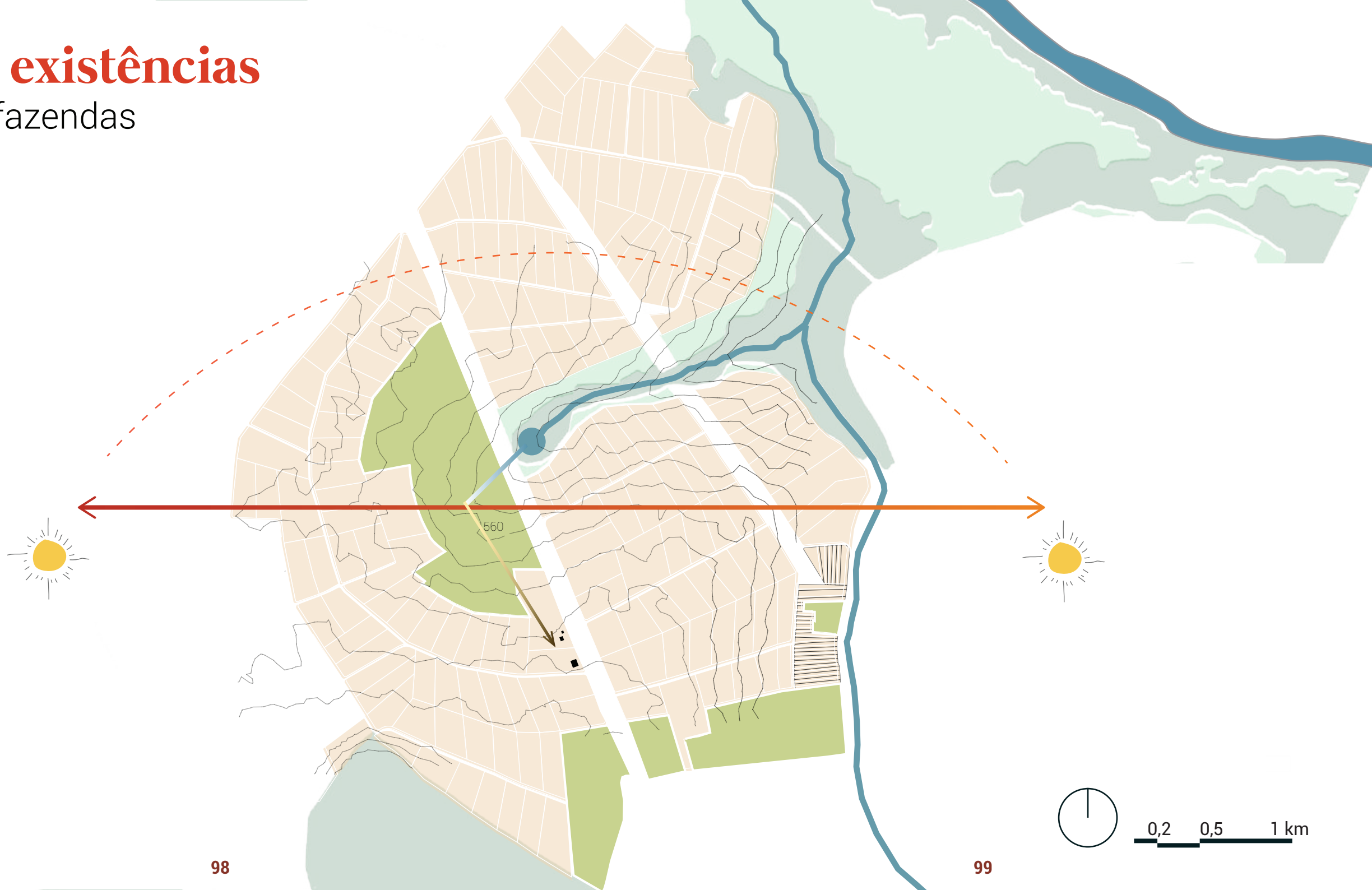
Orientação do sol

eixo leste - oeste



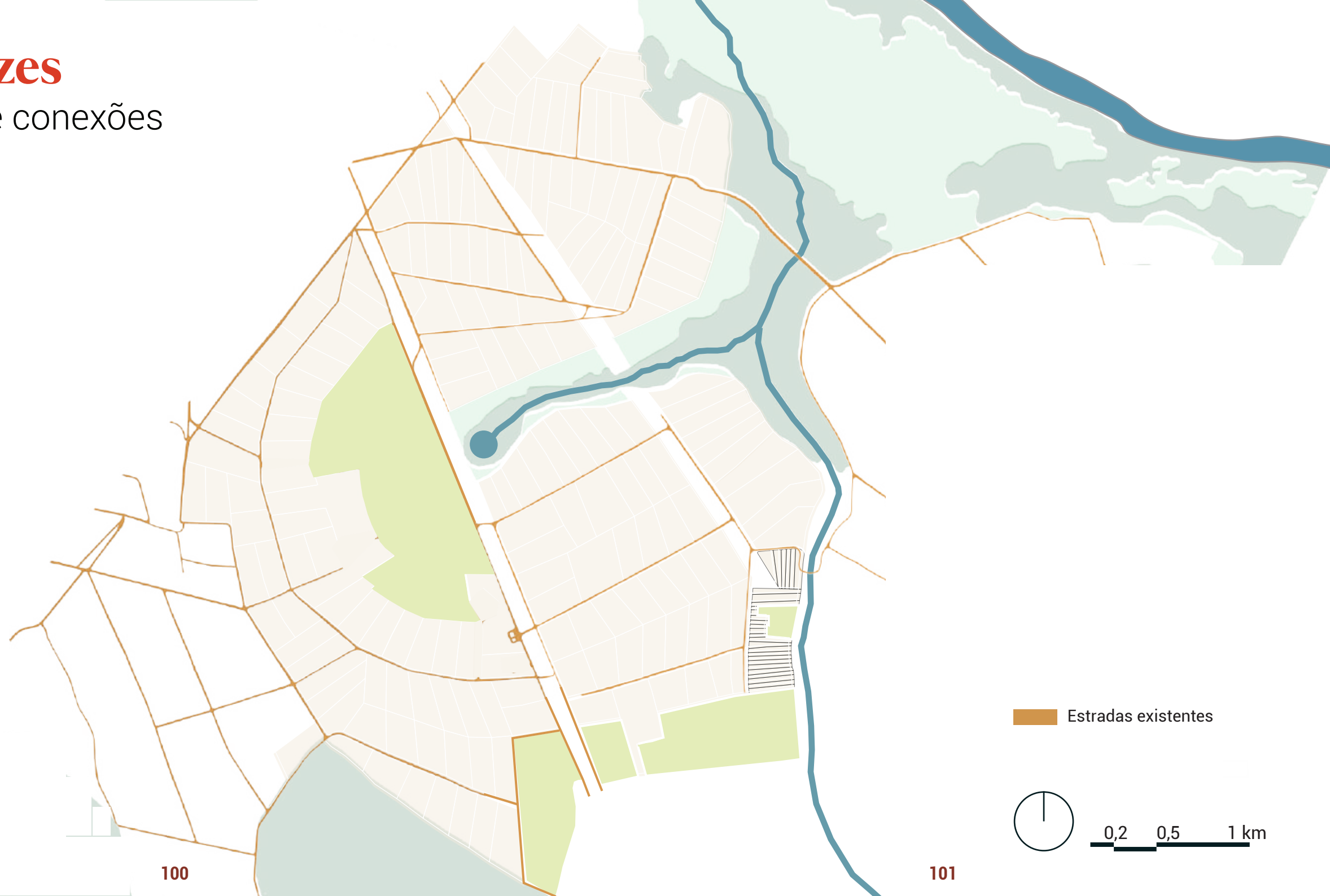
Pré - existências

UBS e fazendas



Diretrizes

Estradas e conexões



Estradas existentes



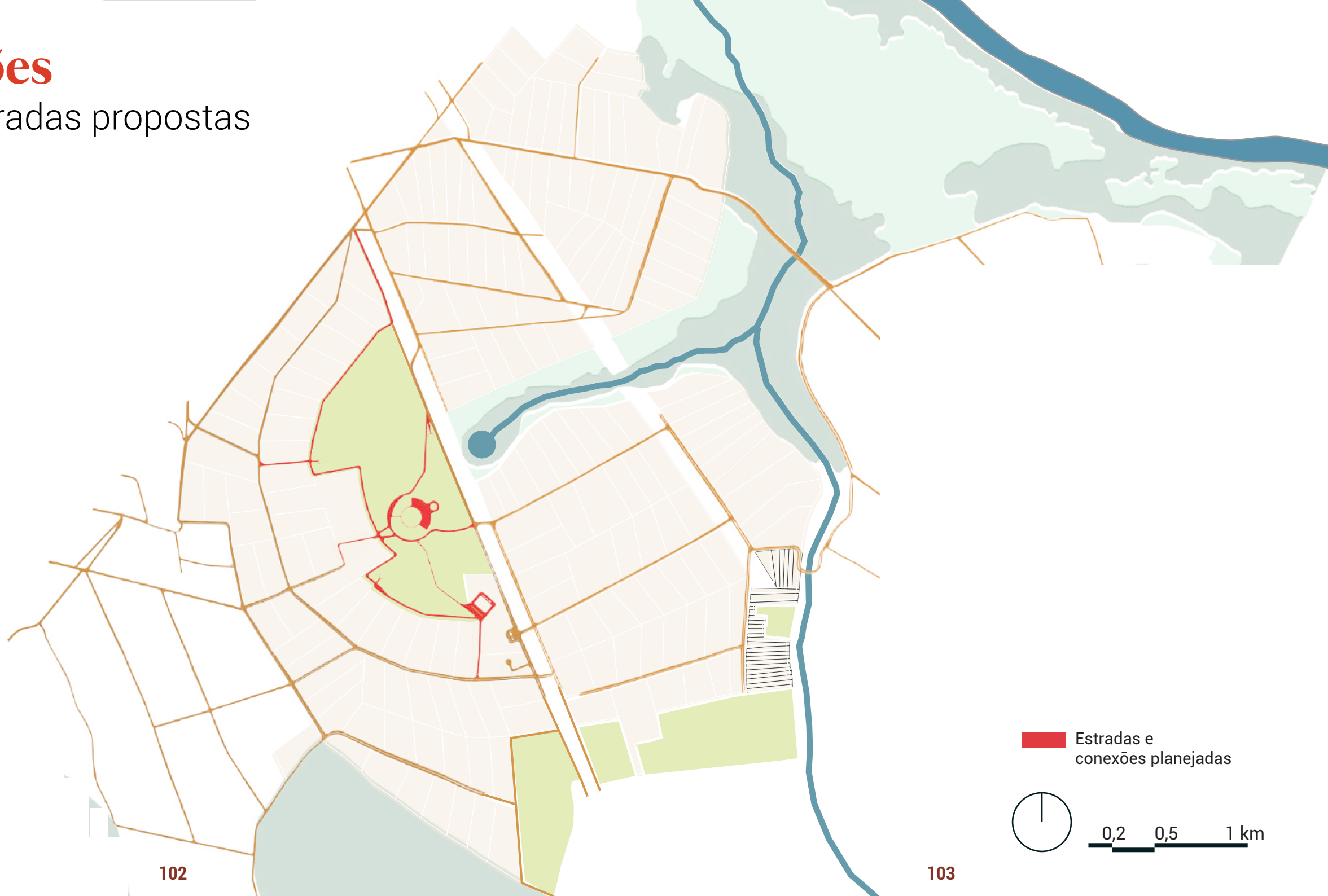
0,2 0,5 1 km

100

101

Conexões

Novas estradas propostas



102

103

Plano de Manejo

Vegetação

Zona de transição

" Caracteriza-se como uma área de transição cujo objetivo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidades para fins educativos e recreativos."

Fundação Florestal - plano executivo
Plano de Manejo

Zona de amortecimento

" Tem como objetivo geral minimizar os impactos negativos sobre a Unidade e propiciar a melhoria da conectividade entre fragmentos da região."

Fundação Florestal - plano executivo
Plano de Manejo



Área de APP

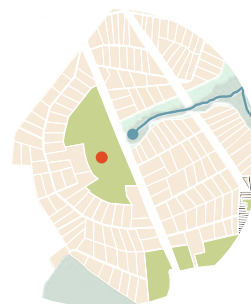
Projeto arquitetônico

Núcleo de convívio

O Núcleo de convívio foi posicionado em uma área da Reserva Legal com elevação suficiente para ser possível a vista da nascente e de uma parte do assentamento como um todo.

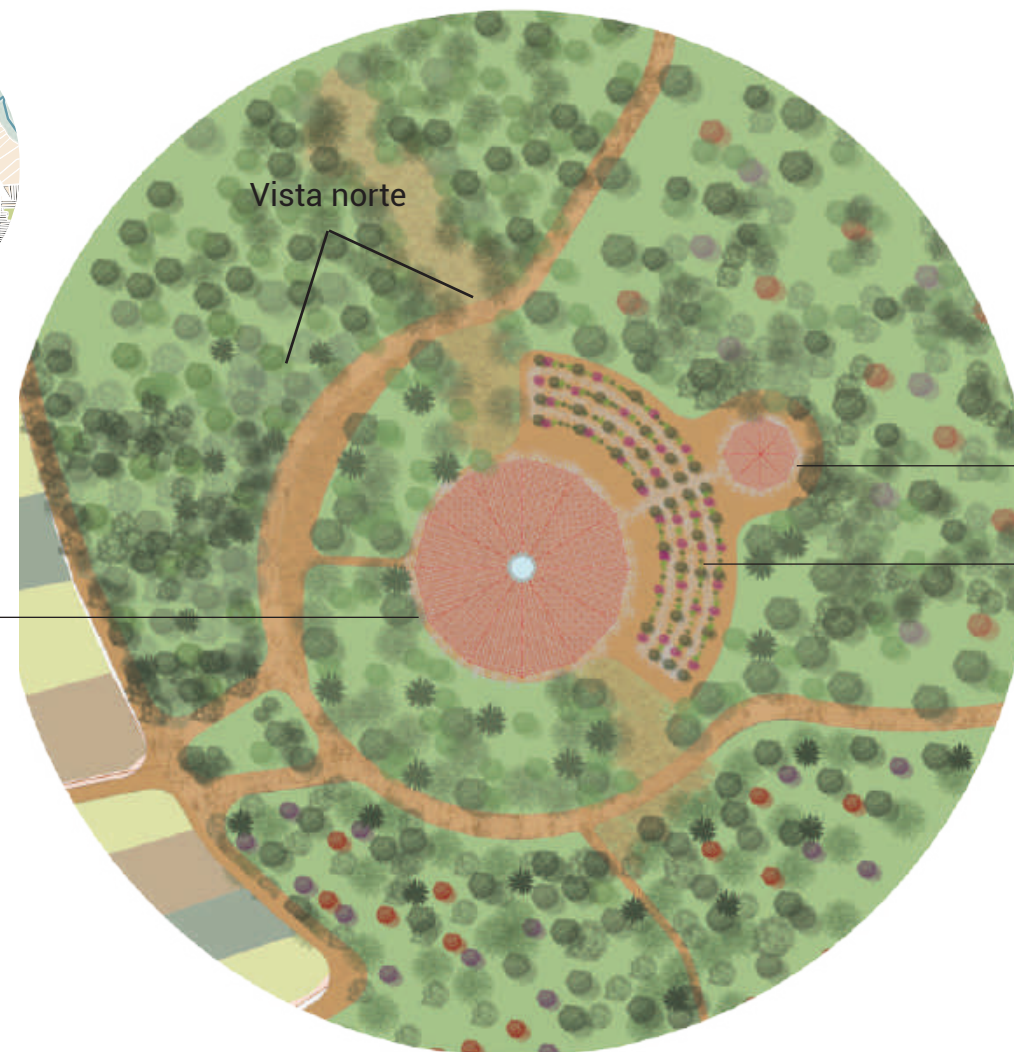
Em conjunto a ele, foram idealizados uma fazenda pesquisa e um depósito para ela. Propõe-se para essa área de cultivo experimentos e testes com a agricultura, a agrofloresta e formas orgânicas de cultivo; a fim de testar e aplicar medidas que resultassem positivas dos experimentos e processos. O ideal seria a comunidade acadêmica e de pesquisadores poderem se juntar com os assentados para essas pesquisas e experimentos, unindo as duas esferas de conhecimento.

Obs: Consultar pranchas 03 e 04, no final deste caderno, para melhor visualização dos desenhos e para mais informações do projeto.



Local projeto

Núcleo Convívio



Depósito fazenda pesquisa

Fazenda Pesquisa

Elevação norte

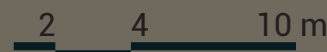
Depósito

Fazenda Pesquisa

Núcleo Convívio



Perfil terreno original



Projeto arquitetônico

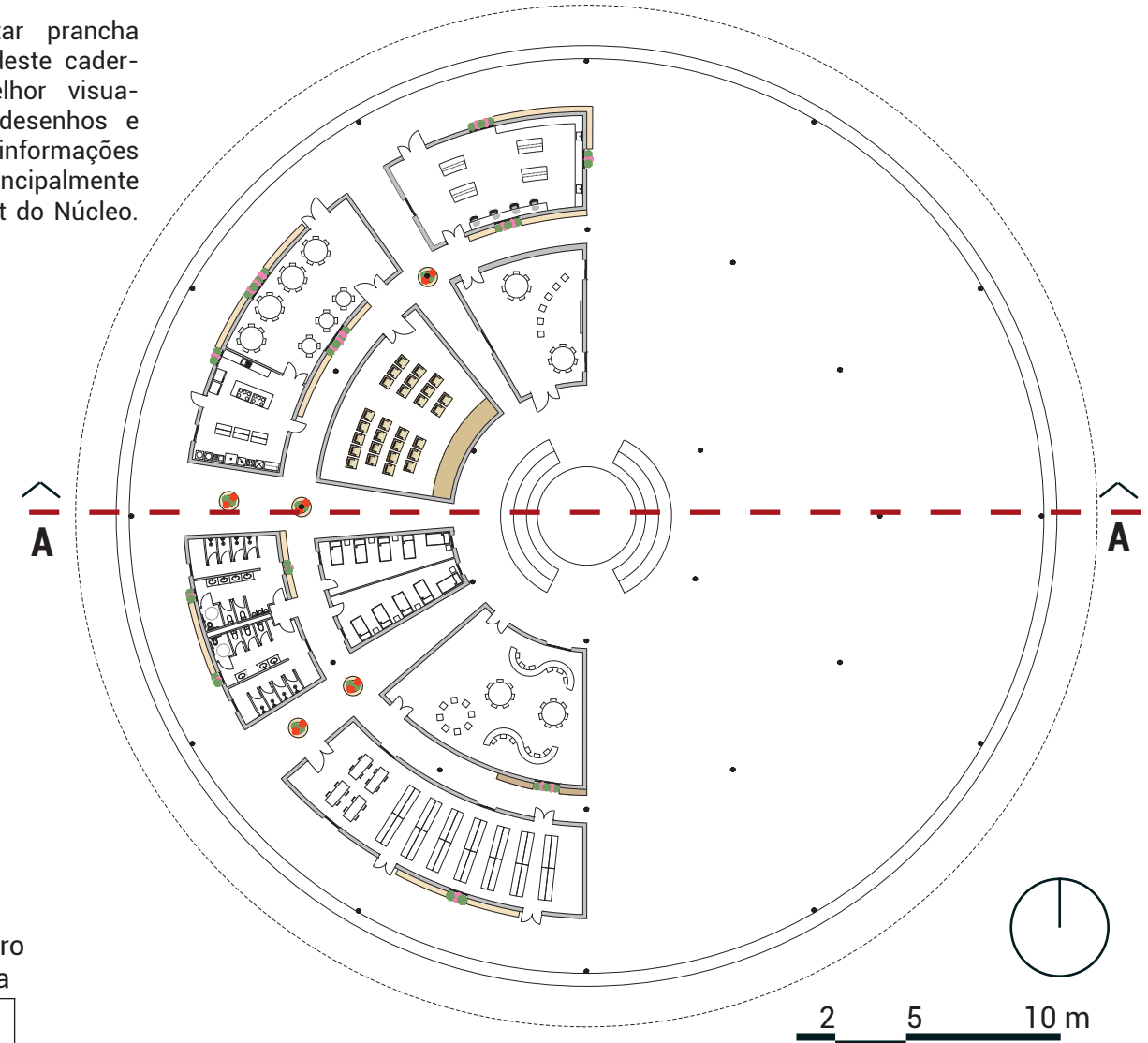
O projeto do interior do Núcleo reflete o partido da arquitetura facilitar o encontro, o debate e a coletividade dos indivíduos, or isso a forma radial e circular.

No centro tem-se um anfiteatro onde podem ocorrer assembléias gerais, debates de assuntos do assentamento e do MST, etc. Refletindo a filosofia do movimento, tendo sempre como base o diálogo e força coletiva.

Ao redor do anfiteatro abrem-se corredores, "adentrando" as salas do núcleo para desembocar na natureza ao redor. Essa disposição foi pensada de modo que o Núcleo não possuisse uma porta da frente por onde entrar e sair, mas sim enfatizar a não imposição arquitetônica dos lugares, deixando de livre acesso todas as áreas do prédio e integrando o interior com o exterior por meio de enquadramentos visuais pelos corredores e pela Grande Praça.

Por fim, temos a Grande Praça, onde é livre a apropriação do espaço podendo tornar-se palco de festividades, de reuniões, de troca de mercadorias, feiras, encontros e eventos do assentamento e da cidade.

Obs: Consultar prancha 03, no final deste caderno, para melhor visualização dos desenhos e para mais informações do projeto, principalmente sobre o layout do Núcleo.



Corte AA'

Cobertura de vidro para evitar chuva

Abertura para ventilação e iluminação

Anel de compressão estrutural

Vista cobertura atrás

Grande Praça

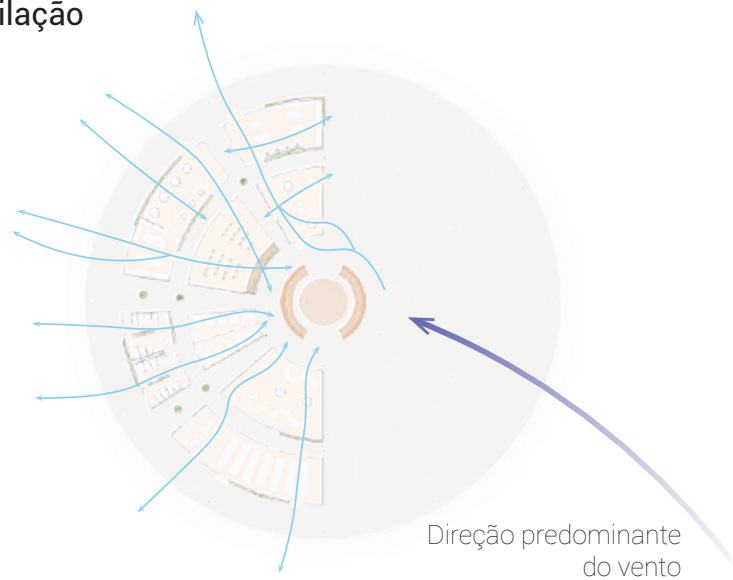
Anfiteatro

1 3 6 m

Implantação

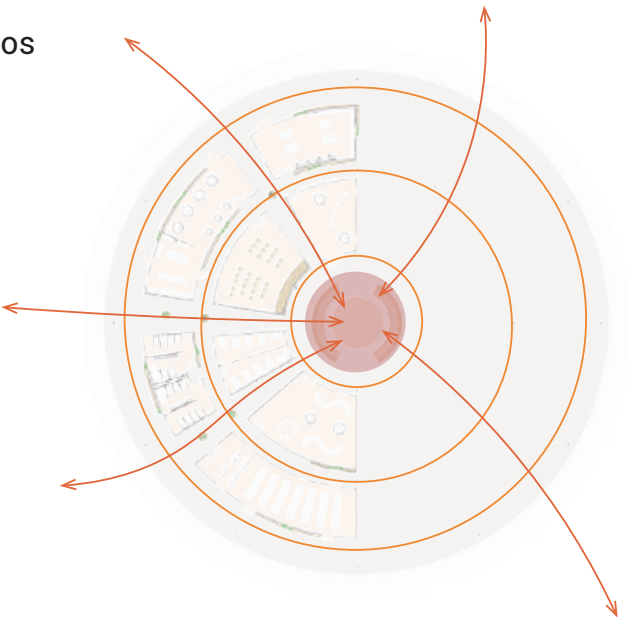
diagramas

Ventilação



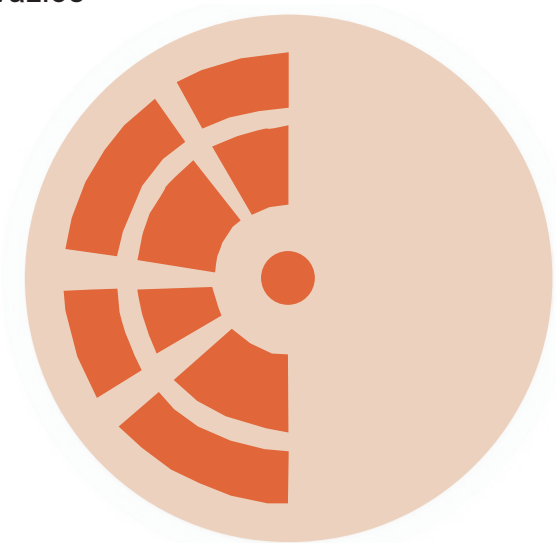
O vento predominante é na direção noroeste, vindo do leste. Por isso, as aberturas foram pensadas a partir disso possibilitando ventilação cruzada nos ambientes, movimentando o ar quente para fora, impossibilitando que ele fique acumulado em uma estufa embaixo da cobertura.

Fluxos



A forma orgânica, radial e circular desenhada remete à roda de debate e conversas dos assentados, reforçando essa dinâmica. Todos os caminhos confluem para o centro, para o coletivo e para o encontro.

Cheios e vazios



Neste diagrama fica evidente os espaços vazios onde podem ocorrer os encontros e os espaços onde ocorrem as atividades*.

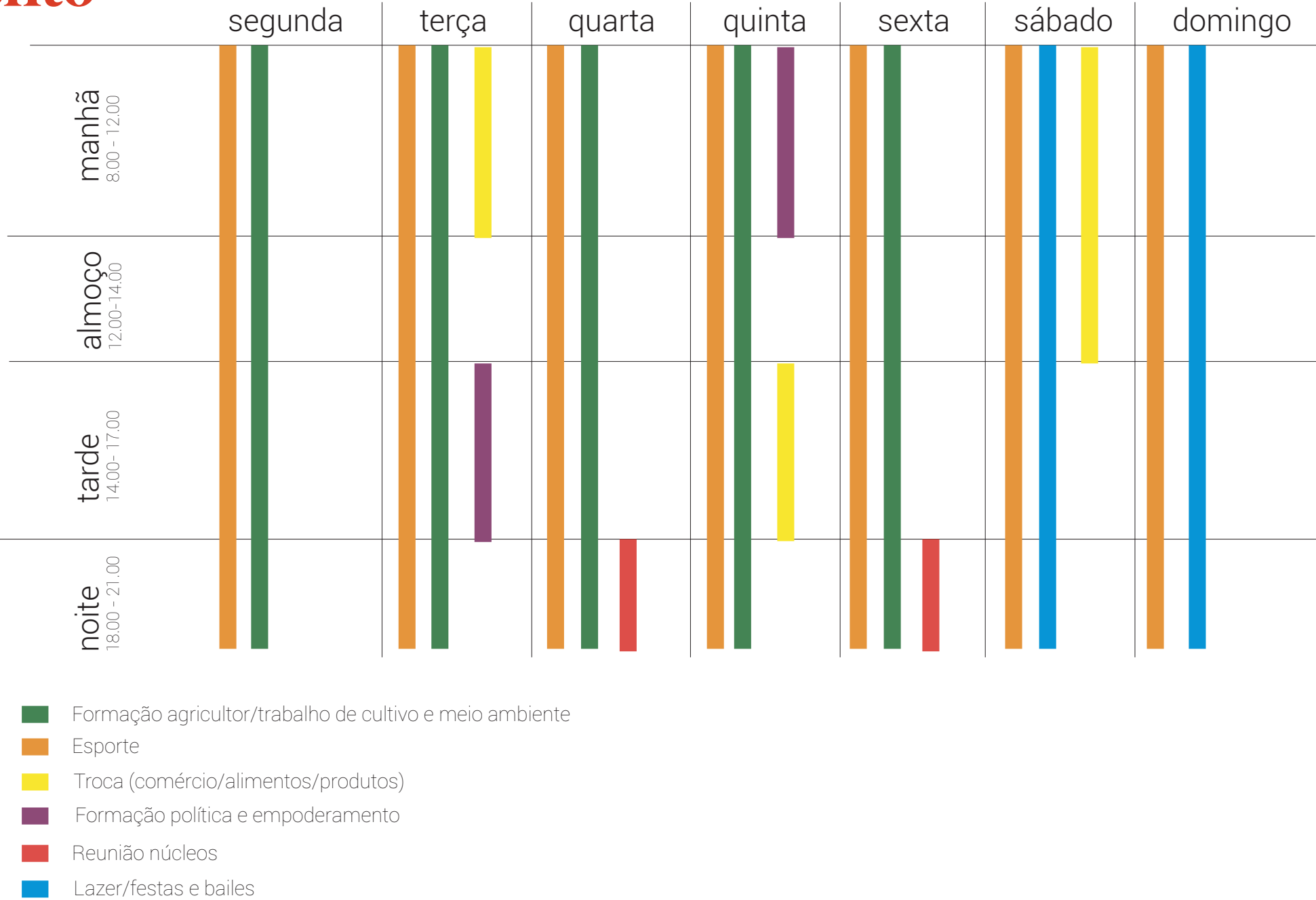
* Ver diagrama atividades pág. 112-113



<https://pt.weatherspark.com/y/30208/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Ribeir%C3%A3o-Preto-Brasil-durante-o-ano>
Acesso: 13/02/21

Planejamento

atividades
possíveis



Materiais

idealizados e referências

Tijolo de Adobe

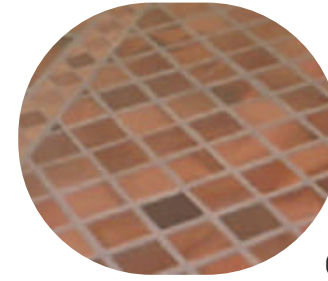
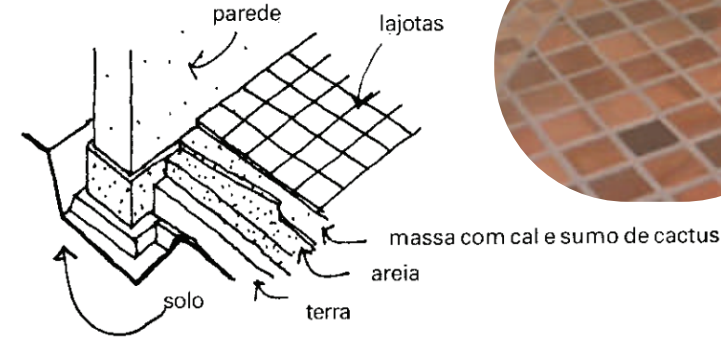


O material idealizado para a construção do Núcleo é o tijolo de adobe. Este material consiste na mistura de terra, fibra e água, tornando-o um dos materiais mais sustentáveis e econômicos para a construção. Além disso, a matéria-prima é abundante no assentamento para a produção in loco. Importante notar que o adobe não pode receber umidade constante, por isso a cobertura projetada cobre todas as paredes de adobe de forma que a chuva não consiga penetrar.



Imagens retiradas: https://www.archdaily.com.br/br/945393/adobe-o-material-reciclavel-mais-sustentavel?ad_medium=gallery Acesso 10/02/2021

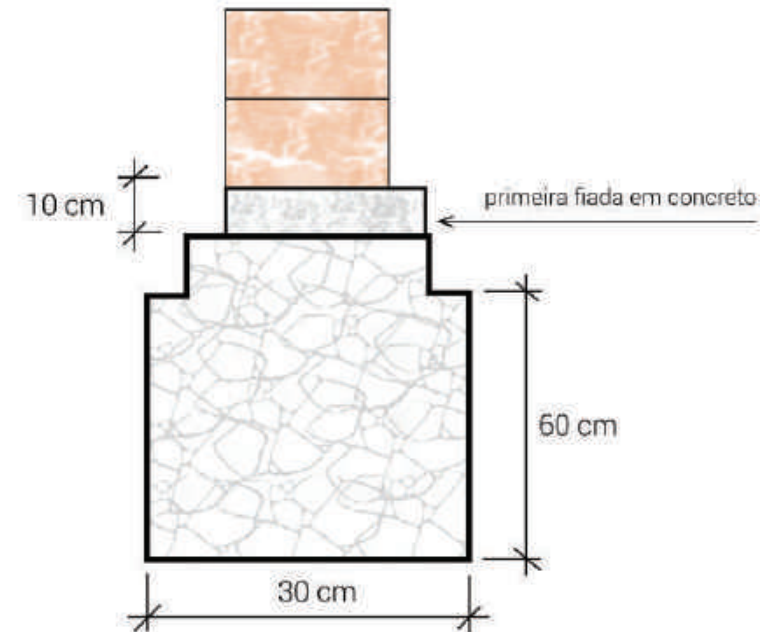
PISOS DE LAJOTAS



O piso de lajotas é interessante pois é fresco e não aloja insetos que possam estragar o piso.

Corte esquemático retirado do Manual do Arquiteto Descalço de Johan Van L.

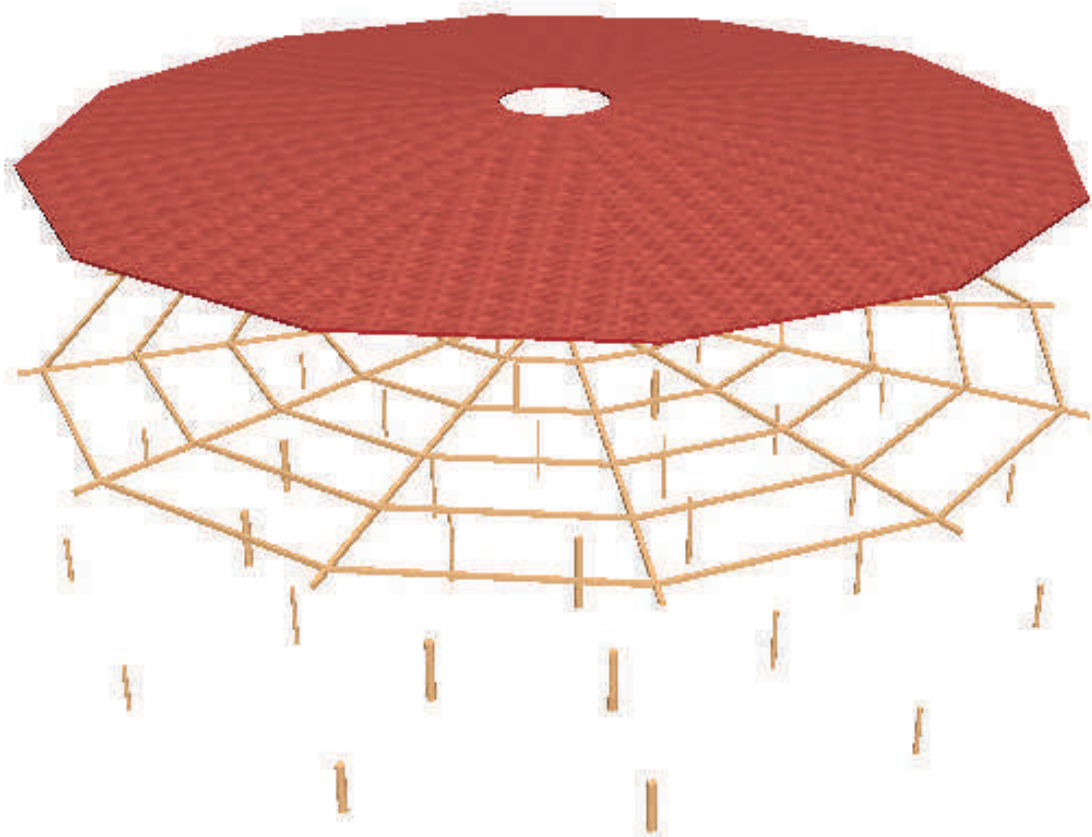
Fundação de pedra



O segredo para o tijolo de adobe ter uma longa duração e eficiência é ter " *um bom chapéu e uma bota* ", ou seja, uma boa e ampla cobertura e uma fundação grossa que o eleve do solo úmido. Por isso, optou-se pela fundação de pedra que consegue isolar bem a cama da de solo úmido da parede de adobe, evitando infiltrações e possíveis desmoronamentos da estrutura.

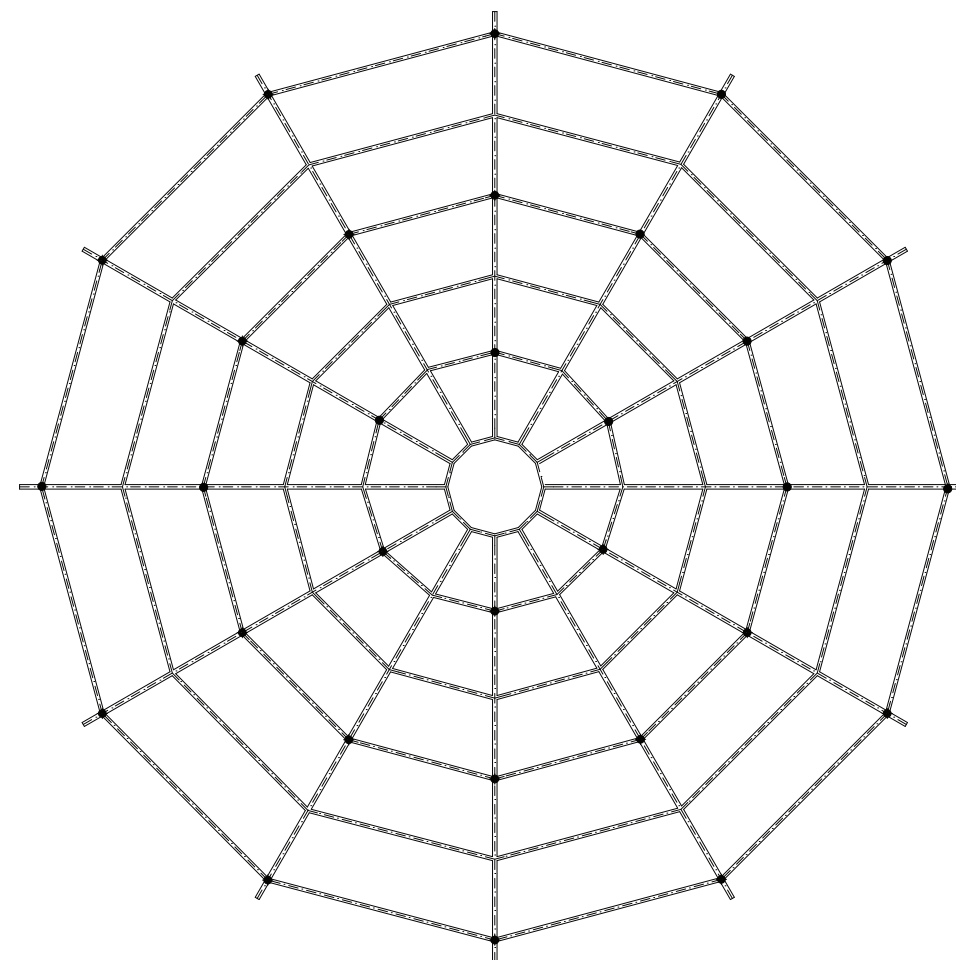
Projeto arquitetônico

Cobertura



A cobertura possui um raio de aproximadamente 30 metros e uma inclinação de 5 %, devido ao seu grande comprimento, possibilitando o escoamento da água para as calhas. Foram idealizadas telhas de cerâmica para cobrir com uma abertura circular no centro de cerca 5 metros, para entrar luz.

A estrutura de pilares e vigas foi idealizada de madeira e estão posicionadas em um intervalo de 7 metros.



Referências

projetuais

1



Escola Secundária e Edifícios Auxiliares do Complexo Educacional Bangre Veenem - arquiteto: Albert Faus

- 1 O projeto de Albert Faus auxiliou muito na questão de escolha de materiais e de ventilação e iluminação do projeto.
- 2 A Moradia Infantil de Rosenbaum e Aleph Zero possui a ideia de não ter uma "porta" de entrada e ser um elemento arquitetônico linear na paisagem, além ter uma única cobertura para todos os elementos no seu interior.
- 3 O projeto da Creche Fantails Estate inspirou a ideia de distribuição radial da arquitetura.

2

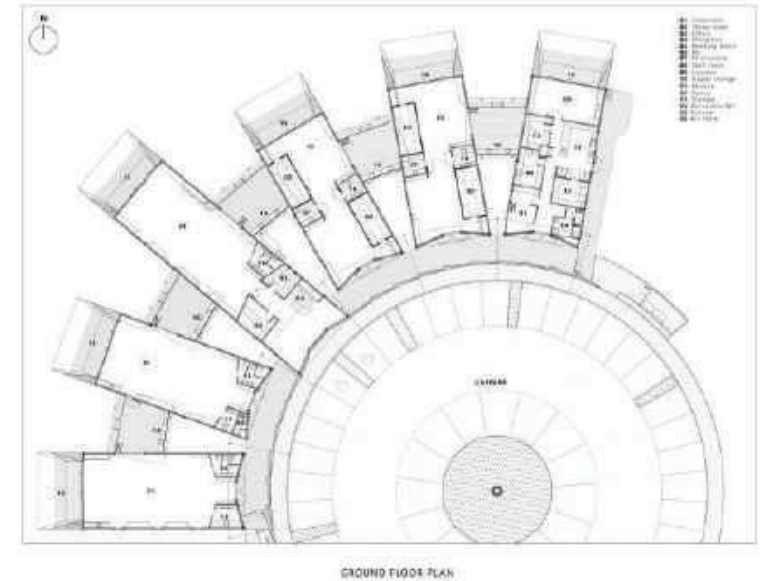


**Moradias Infantis – Fundação Bradesco
arquitetos: Rosenbaum + Aleph Zero**

3



**Creche Fantails Estate em Dairy Flat
arquitetos: Collingridge and Smith Architects**



Referências

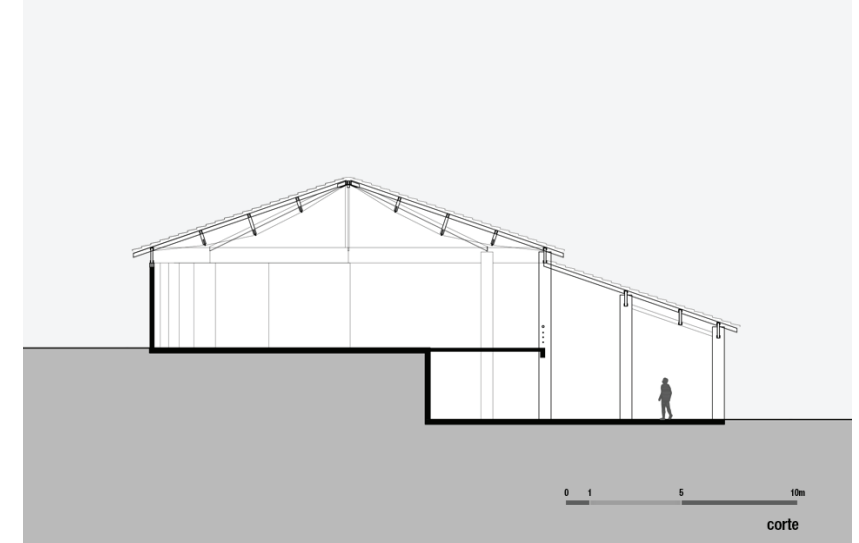
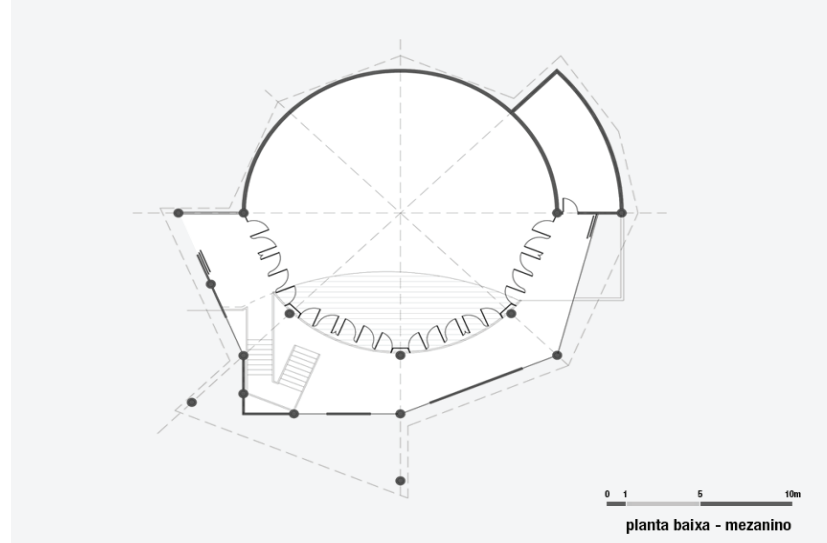
projetuais

4

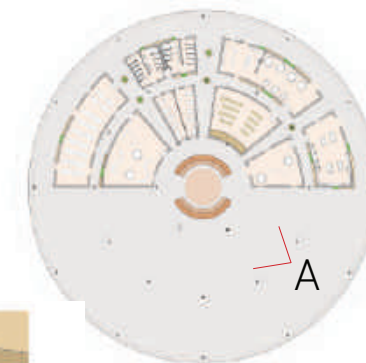


Centro de Formação do MST - arquitetos/grupo: USINA_ctah

- 4 O Centro de Formação do MST do grupo USINA_ctah ajudou na expressão do desenho circular e na concepção da cobertura e sua estrutura.

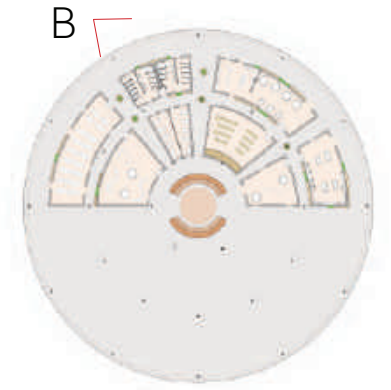


Perspectiva núcleo



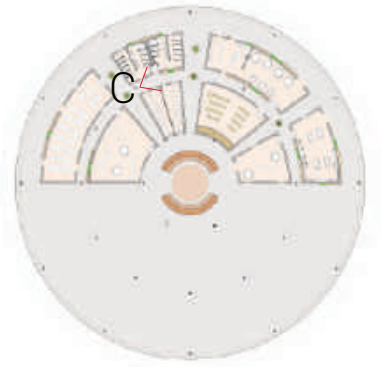
Vista A - Auditório e praça

Perspectiva núcleo



Vista B - Vista Oeste

Perspectiva núcleo



Vista C- Vista Interna

Conclusões

Conclui-se que este Trabalho Integrado de Graduação promoveu uma leitura apurada do território escolhido; análise crítica das cartografias realizadas em grupo (G8_territorialidade); debate das questões da luta pela terra, direito à cidade e espaços públicos e leitura e análise da paisagem.

Como diretrizes da área escolhida para o trabalho, elaborou-se um sistema de comércio, educacional, de trabalho e de espaços de convívio, acreditando que deste modo a integração com o meio urbano se intensificaria, por meio de debates e reuniões com o G8_territorialidade.

Além disso, focando no tema de projeto do presente TGI, foi realizado um anteprojeto arquitetônico de um espaço público, um Núcleo de convívio para a comunidade do PDS da Barra e para a cidade de Ribeirão Preto, qualificando o espaço público em termos de projeto arquitetônico e urbanístico e desenho.

Para refinamento e continuação do presente trabalho é interessante que alguns pontos sejam mais estudados, como a questão sustentável e ecológica da arquitetura: reuso das águas e captação de energia. Incluindo a questão estrutural também, principalmente na questão da cobertura.

Apesar disso, se espera que este caderno seja de utilidade pública, que seja lido e consultado. Se espera também que ele tenha trazido a tona um debate importante na área de arquitetura e urbanismo que muitas vezes esquecemos em sala de aula, frequentemente focando estudos e debates em áreas urbanizadas.

A luta continua.



Bibliografia

AGUIAR, Vandei Junqueira. **Proposta de comuna da terra no assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto - SP.** Trabalho de monografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011

HARVEY, David. **Social justice and the city.** Johns Hopkins University Press. 1973.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

UMBELINO, A. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** v. 15, n. 43, p. 22, 2001.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** Tradução Almiro Pisetta e Lenita M.R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSSI, R., & ROSSI, A. C. S. (2012). **A produção do espaço urbano capitalista: o arquiteto como intelectual orgânico.** Revista Espaço Acadêmico, 12(138), 131–137.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the politics of difference.** Princeton university Press 1949.

Leitura complementar

ANNIS, M. B.; VAN DOMMELEN, P.; VAN DE VELDE, P. **Insediamento rurale e organizzazione politica.** Il progetto Riu Mannu in Sardegna. Quaderni della Soprintendenza Archeologica per le province di Cagliari e Oristano, v.13, n. November, p. 255–286, 1996.

CARLOS, A. F. A. ; ALVES, G.; PADUA, R.F. de (orgs). **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura nova.** Teoria e prática, São Paulo, n.1, 1967.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora.** Agrária (São Paulo. Online), v. 0, n. 8, p. 73, 2014.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestão, principais atores e desafios.** Dissertação (Mestrado) no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.

GUIMARÃES, E. P. **Moradia e Consumo no Campo: Mudanças e permanências face ao processo de urbanização na zona rural de Araponga, Mg.** Dissertação (Mestrado) no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa. 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

MIKHAIL, A. et al. **Artigo. O espaço público (in)visível ao olhar de Jacobs.** v. 4, n. 2, p. 107–126, 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. (2001). **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, 15(43), 185-206. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social** [S.l: s.n.], 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RAMIRO, Patrícia Alves. **Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal**. Tese (Doutorado) no Programa de Pós Graduação de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. 2008.

ROMA, Cláudia Marques. **O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido**. 2012. ix, 298 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105060>>.

SALIM, L. **Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos: História de vida, história de luta**. TCC da Faculdade de Geografia, Campinas: PUC, 2007.

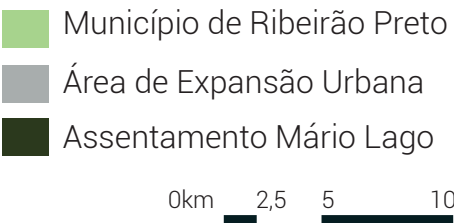
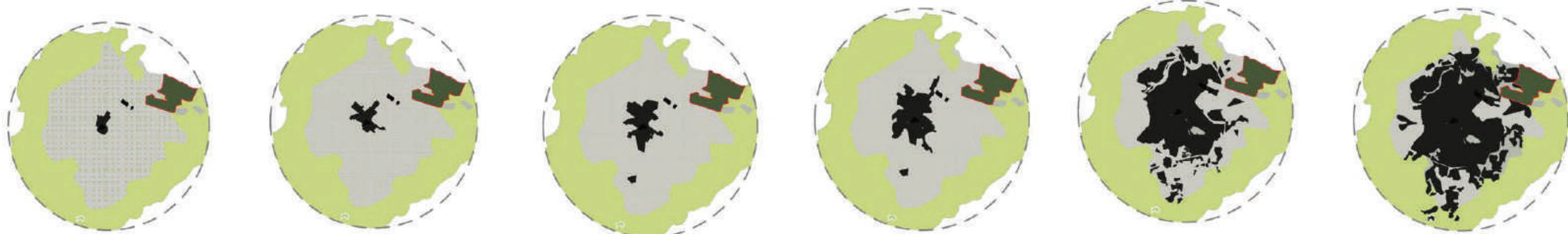
SOARES, I. S. **A organização no espaço de assentamento de reforma agrária: Um modelo ideal é possível?** VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais ISSN: 1980-4555. 2017.

UEMA, Liza. **Memórias de Trabalhadores em Luta: da cidade de Iona ao assentamento São Domingos, RJ**. Dissertação (Mestrado) – UNIRIO/ PPG-MSD/ Programa de Pós Graduação em Memória Social e Documento, 2005.

1 - 2 - 3 - 4



Evolução mancha urbana
Na cidade de Ribeirão Preto



América do Sul
Brasil



Brasil
Estado São Paulo - Região Sudeste

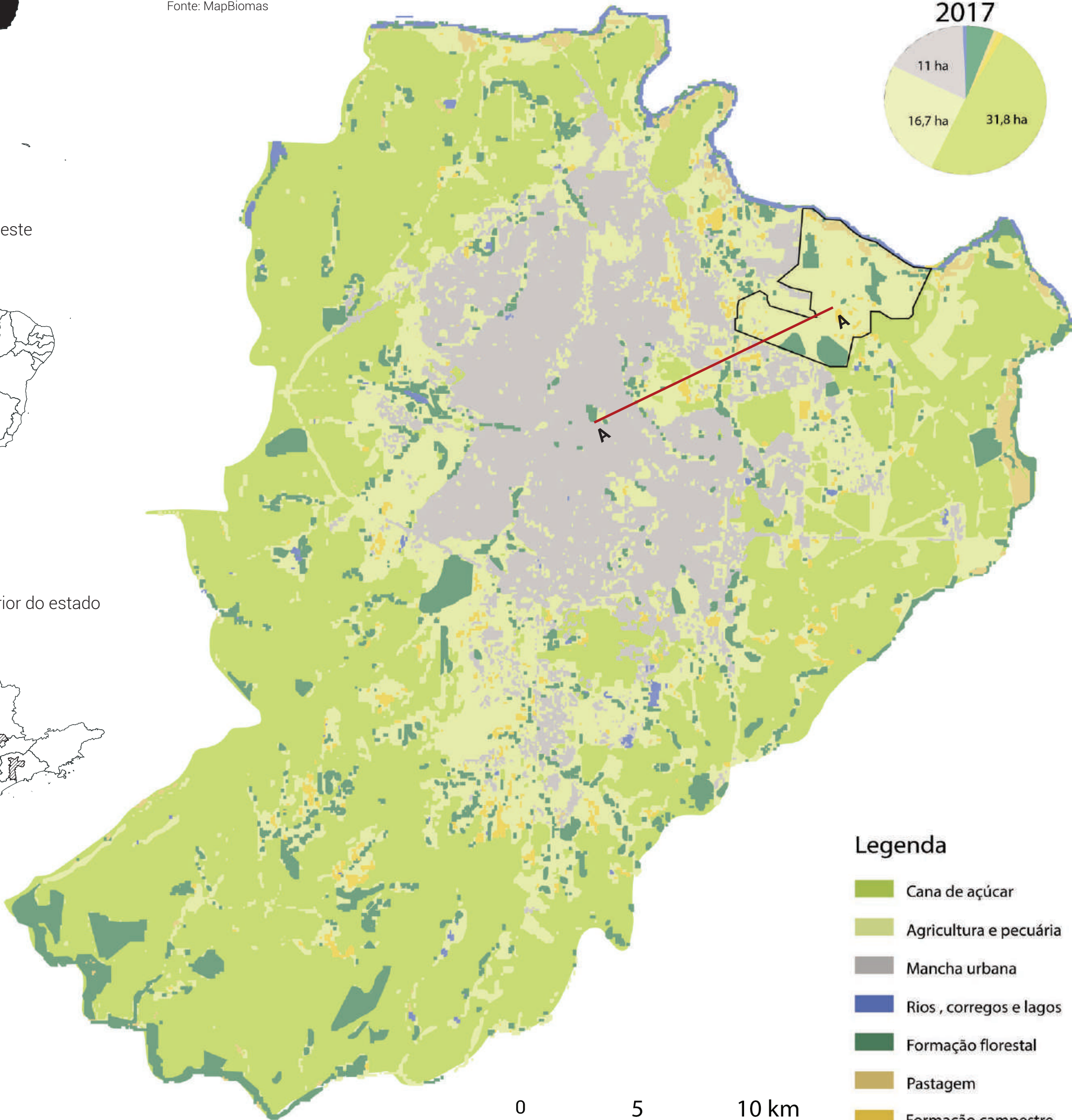


Estado de São Paulo
Cidade de Ribeirão Preto - Interior do estado

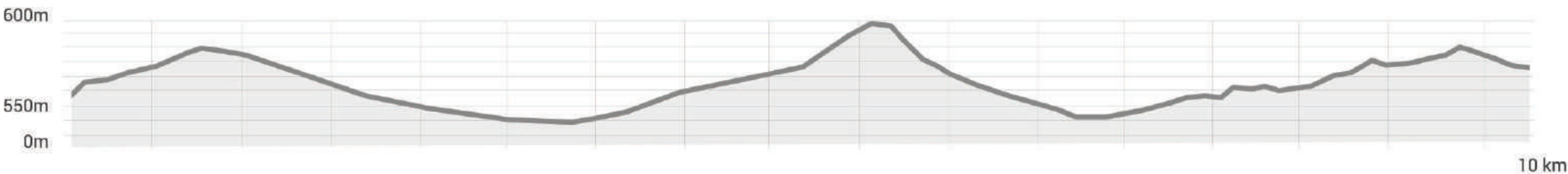


Configuração da
Área Rural

Em Ribeirão Preto em 2017
Fonte: MapBiomias



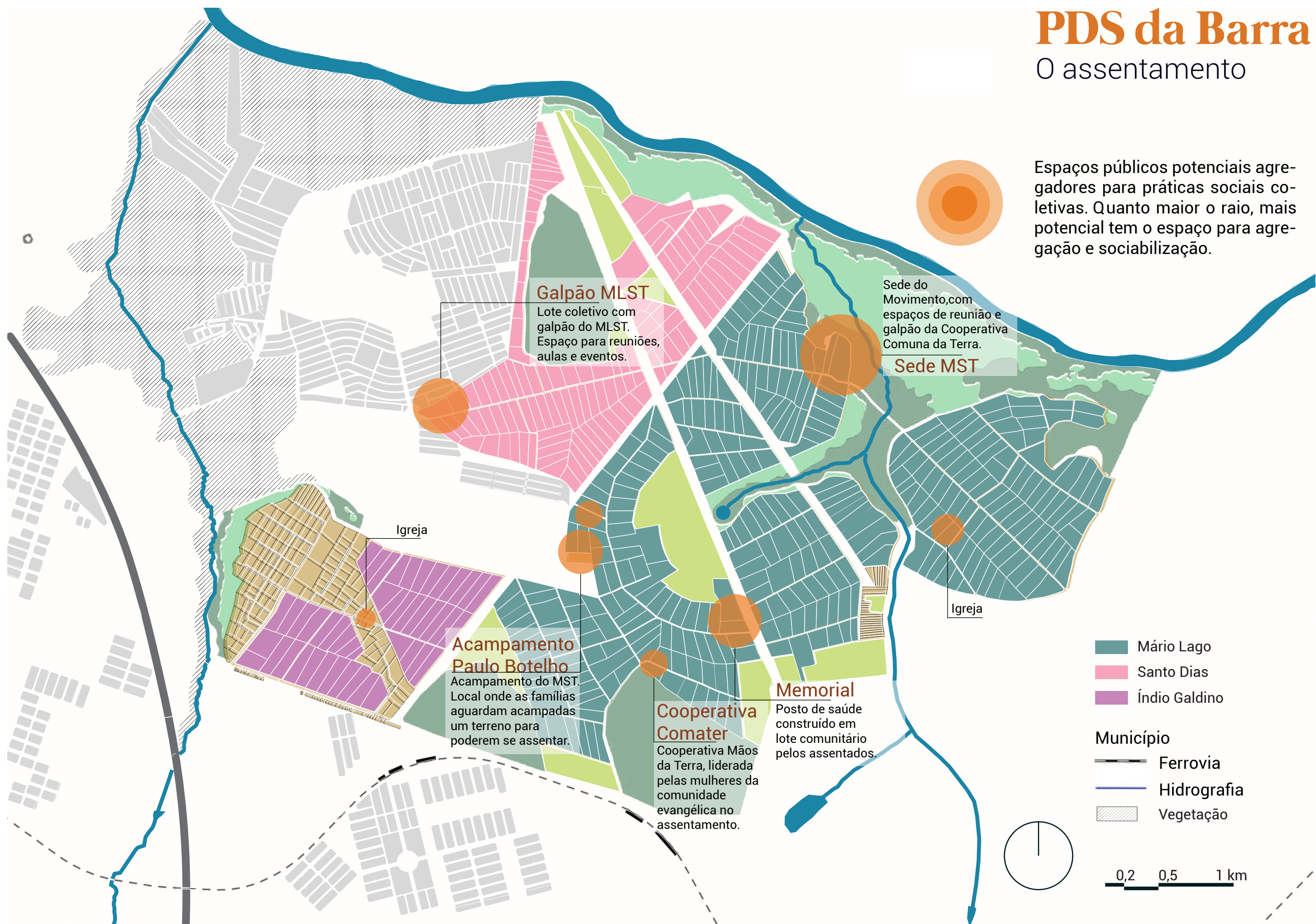
Perfil de elevação AA
Centro da cidade - Centro do assentamento



PDS da Barra

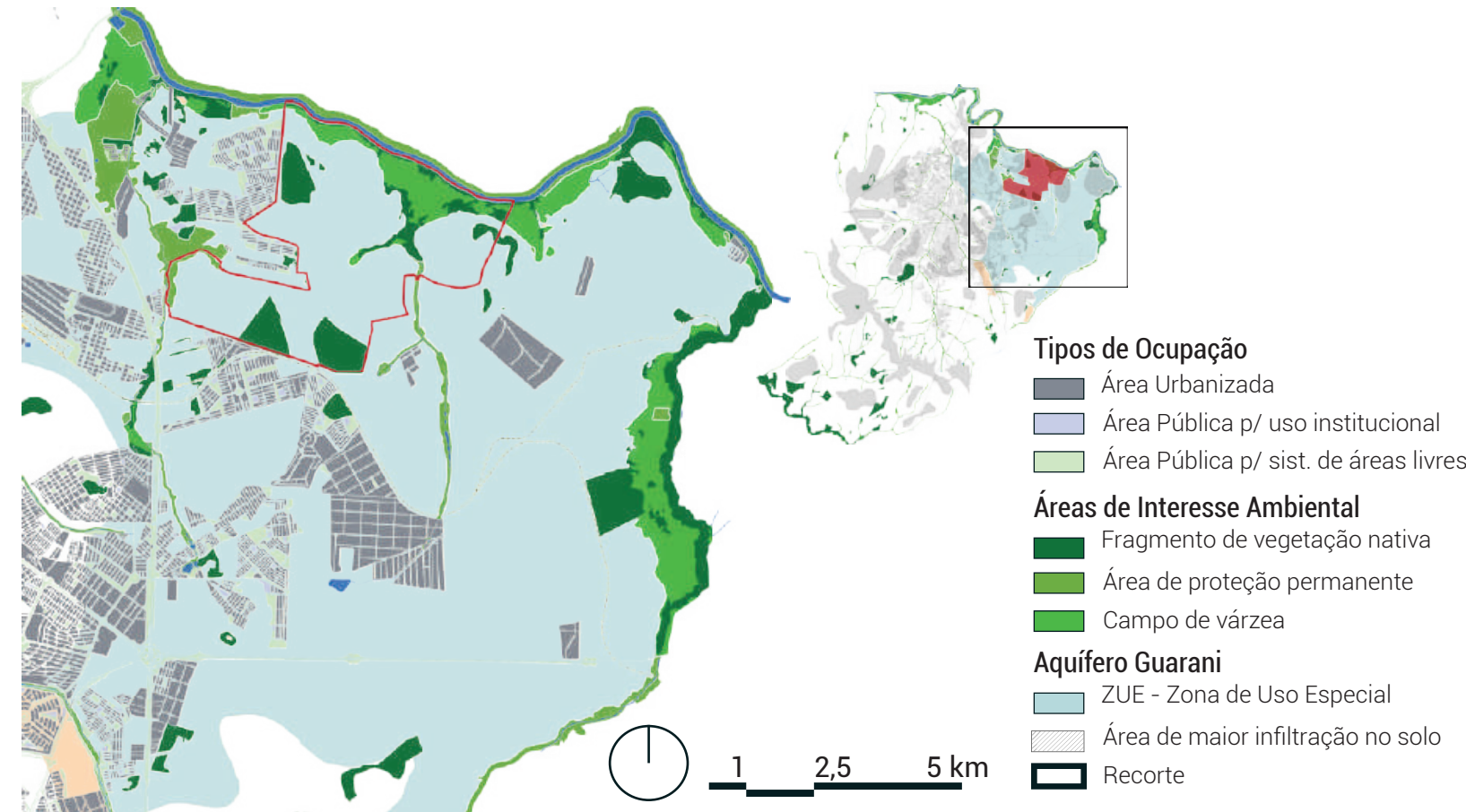
O assentamento

Espaços públicos potenciais agregadores para práticas sociais coletivas. Quanto maior o raio, mais potencial tem o espaço para agregação e sociabilização.



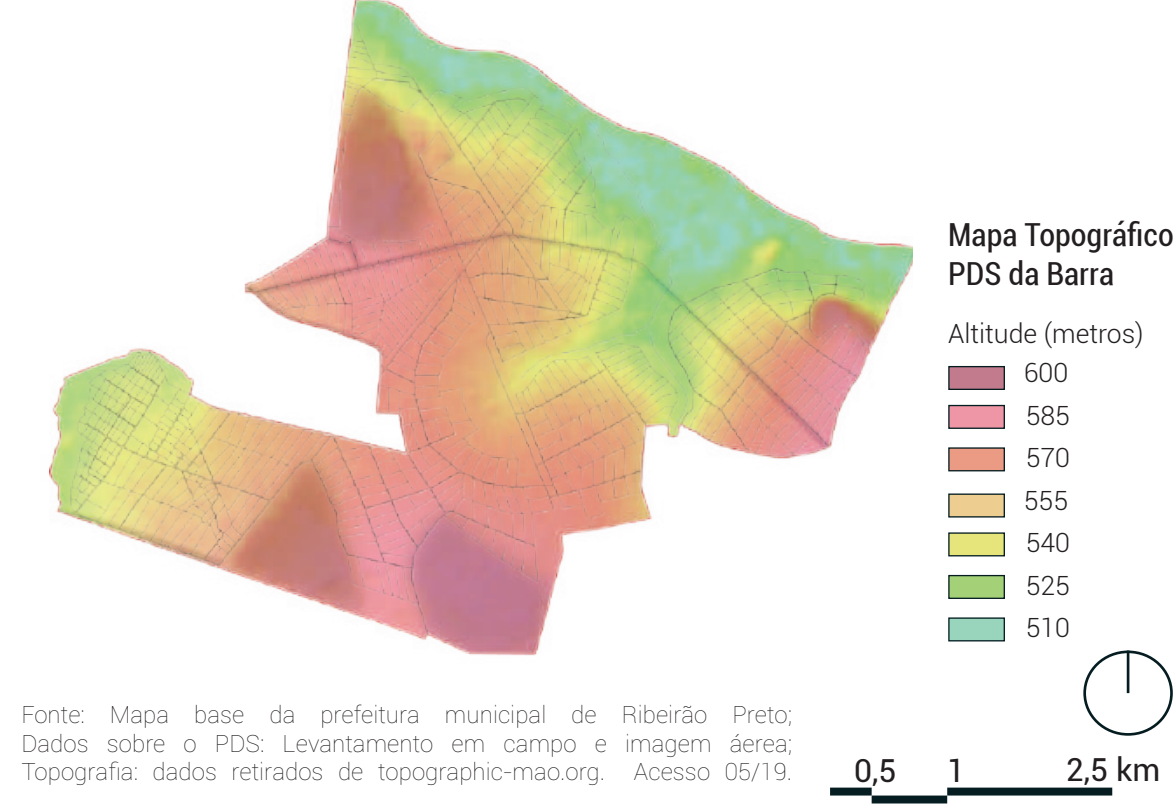
Fonte mapa base: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto; Dados sobre o PDS: levantamento em campo, Google Maps e da tese de Vandei Junqueira (2011).

Mapa de Ocupação do Solo com questão Ambiental



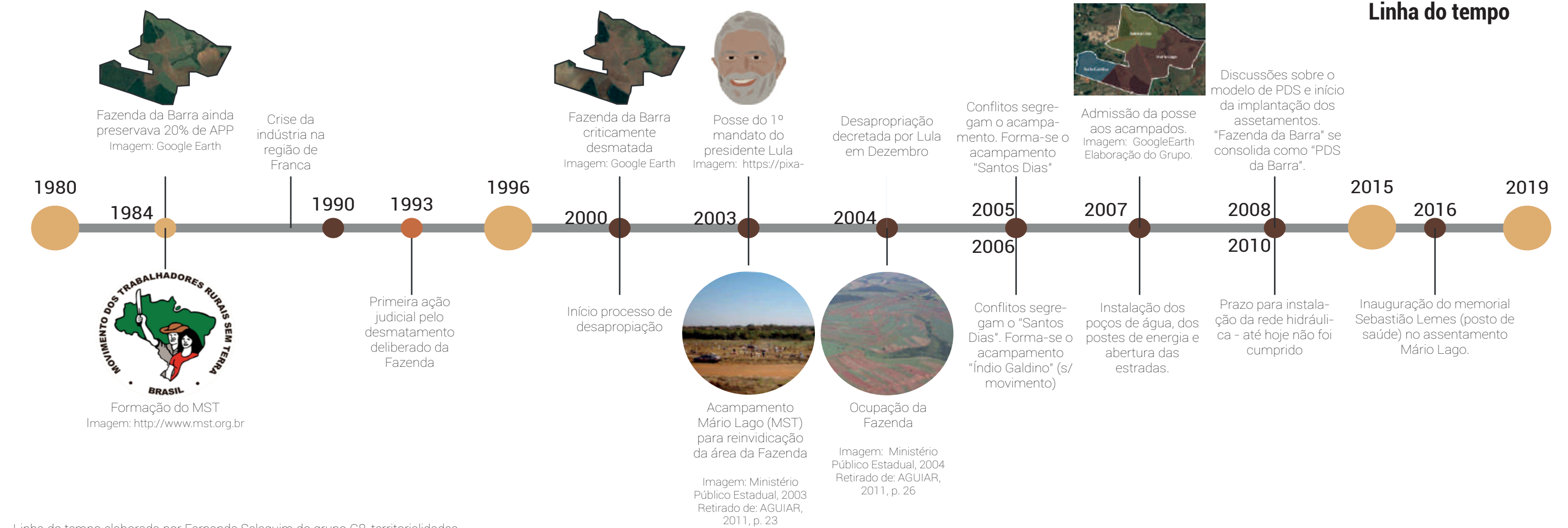
Fonte: Base Carta Ambiental e Mapa Administrativos de áreas públicas da prefeitura municipal de Ribeirão Preto com inclusão do PDS da Barra a partir de dados levantados pelo grupo.

Topografia



Fonte: Mapa base da prefeitura municipal de Ribeirão Preto; Dados sobre o PDS: Levantamento em campo e imagem aérea; Topografia: dados retirados de topographic-mao.org. Acesso 05/19.

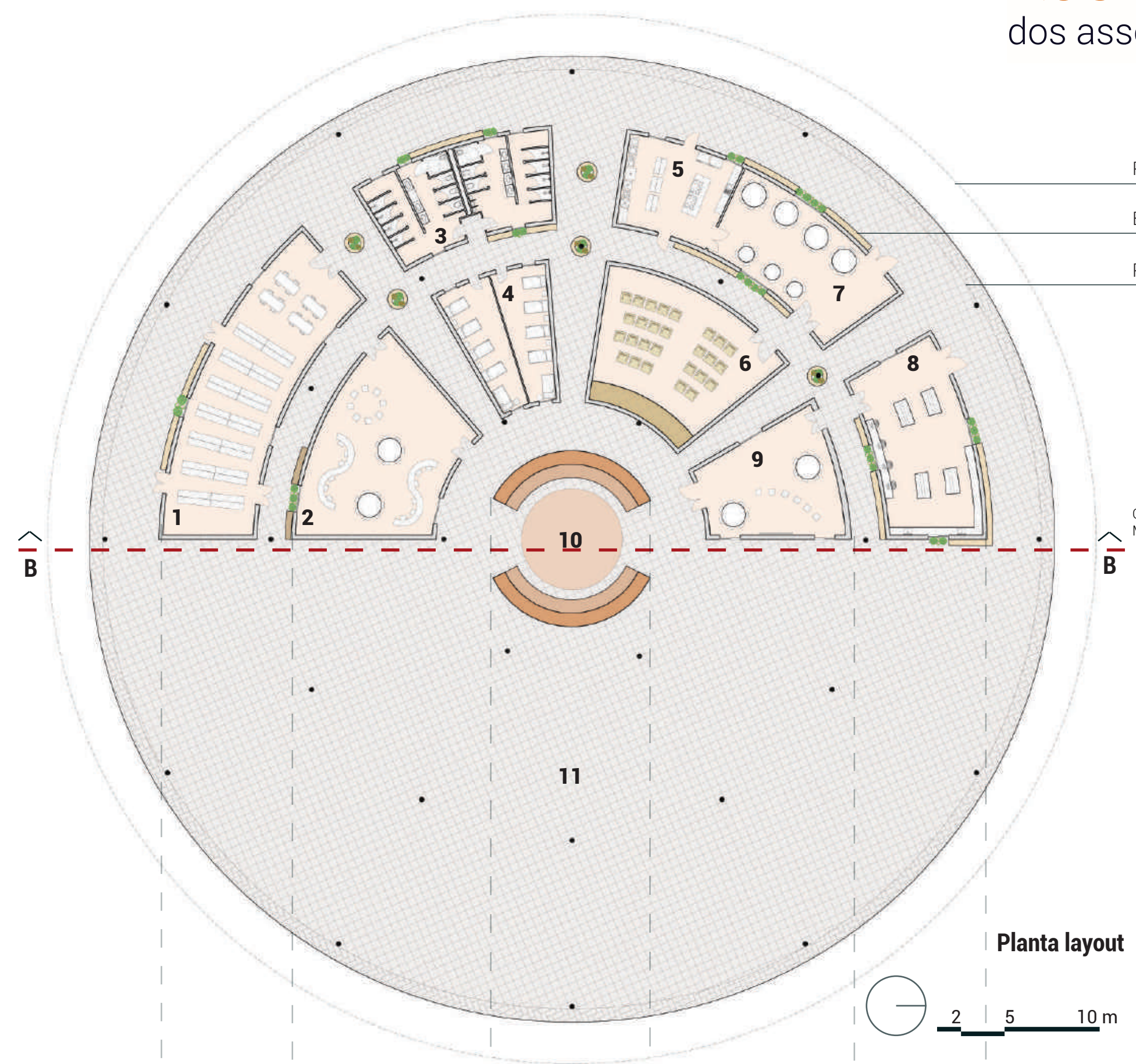
Linha do tempo



Linha do tempo elaborada por Fernanda Seleguim do grupo G8_territorialidades.

Núcleo de convívio

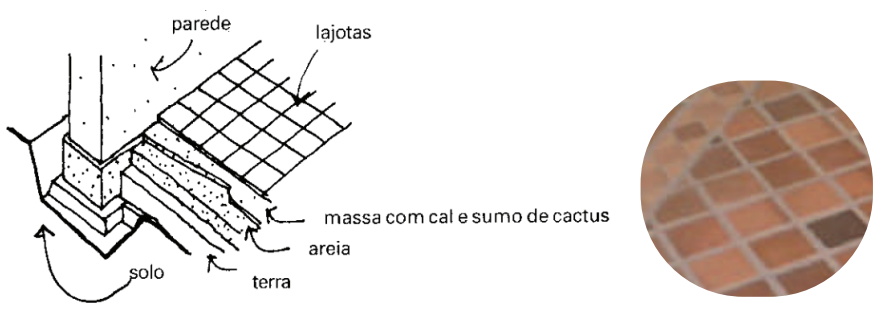
dos assentados e comunidade externa



Projeção cobertura

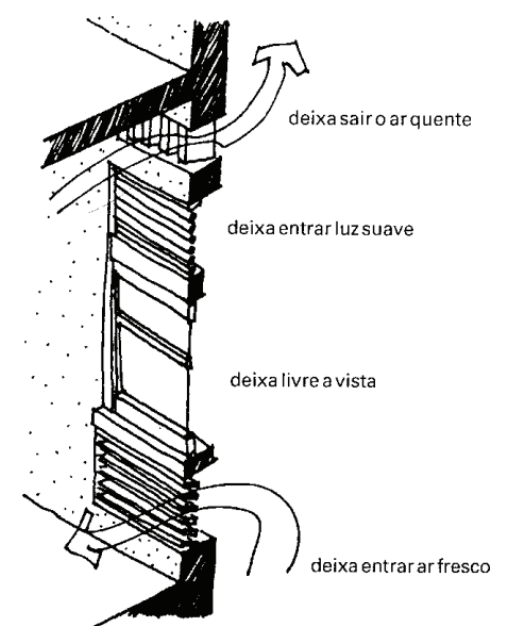
Bancos para área de estar ao longo dos corredores

Piso de lajotas de cerâmica/barro



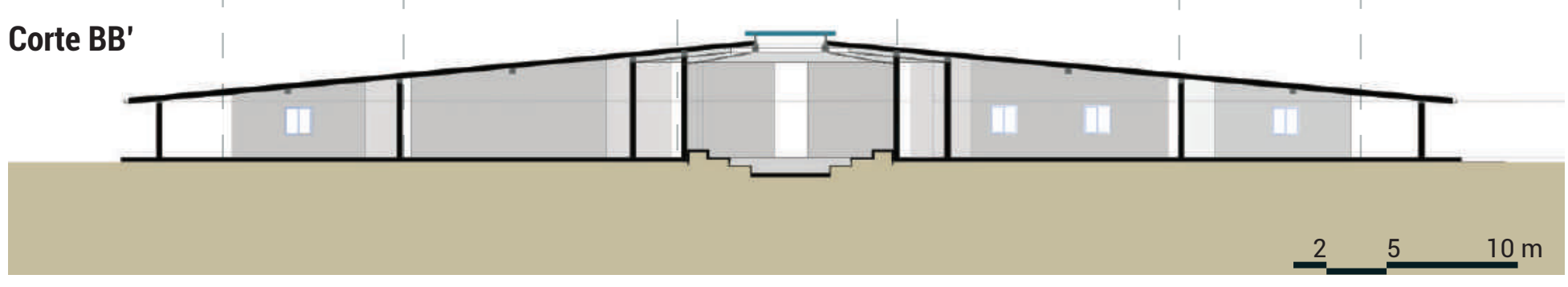
Corte esquemático retirado do Manual do Arquiteto Descalço de Johan Van L.

Idealização janelas e aberturas

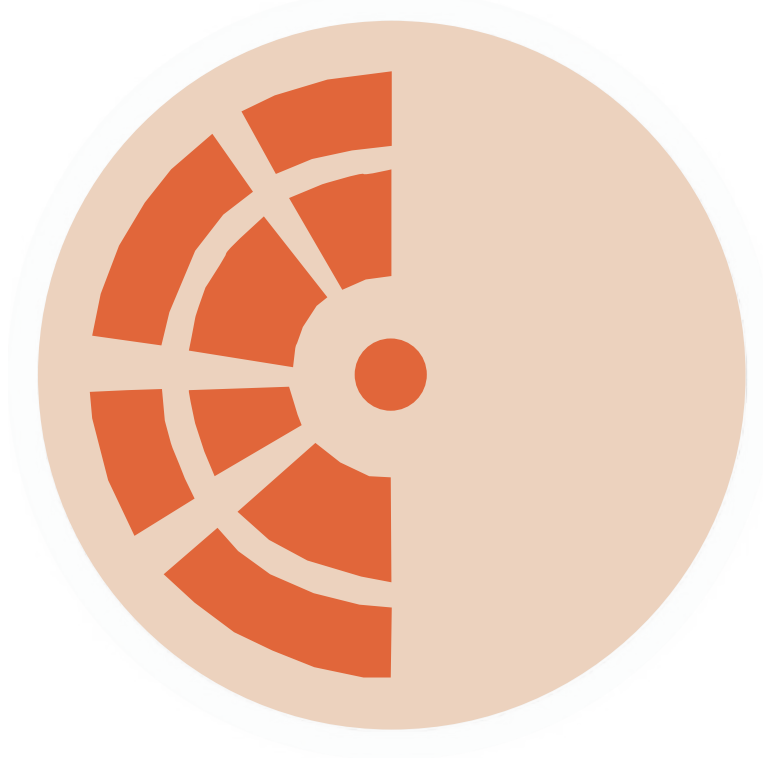


Corte esquemático retirado do Manual do Arquiteto Descalço de Johan Van L.

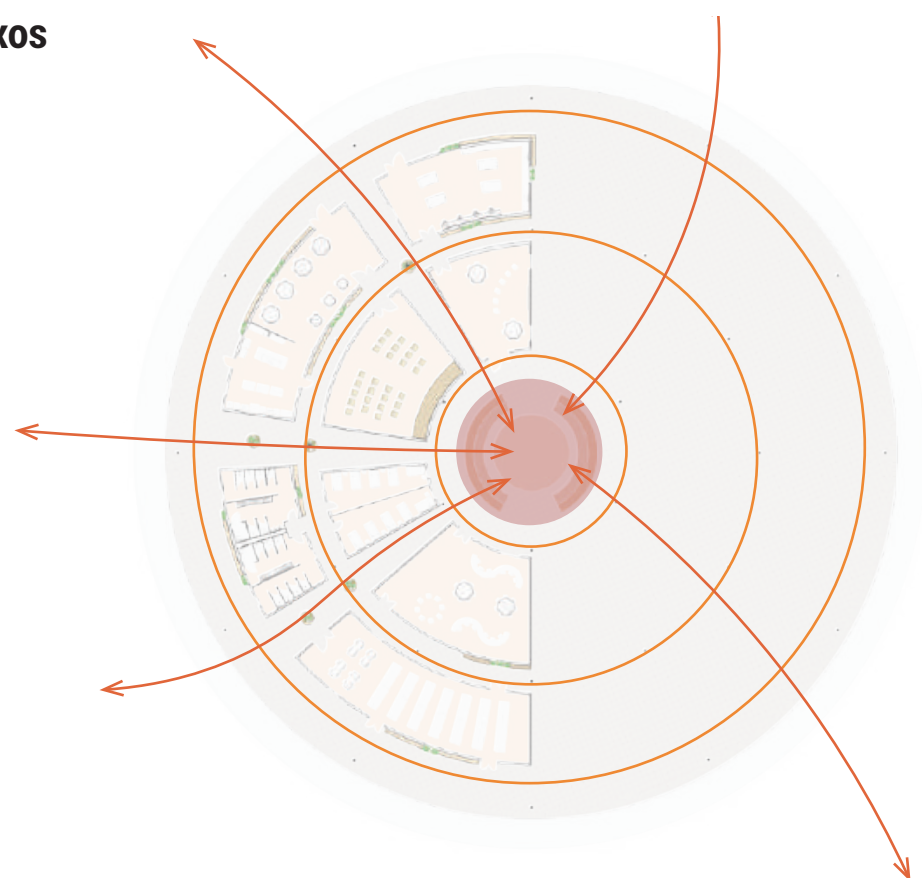
- 1. Biblioteca
- 2. Sala aula/estudos/formação
- 3. Banheiro com ducha e armários
- 4. Dormitório
- 5. Cozinha e lavanderia compartilhada
- 6. Sala exposição multimídia
- 7. Refeitório
- 8. Sala laboratório
- 9. Sala aula/estudos/formação
- 10. Auditório
- 11. Grande praça



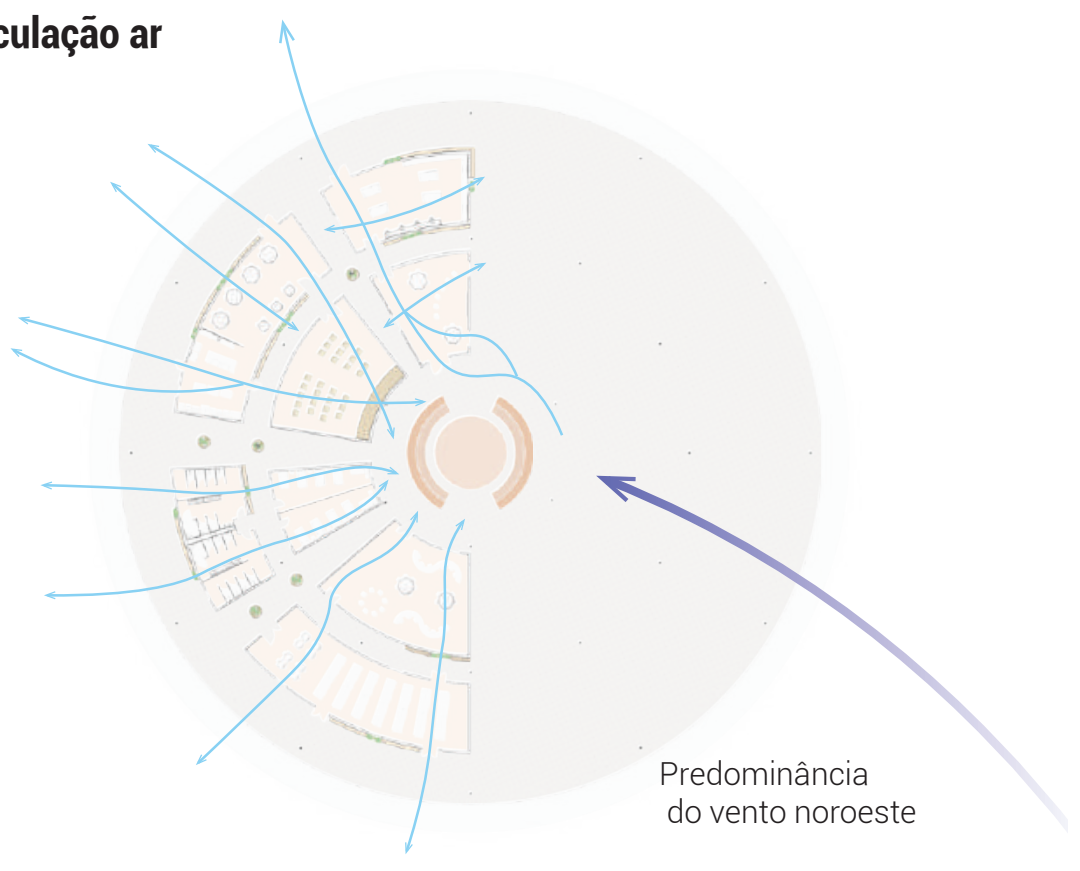
Cheios e vazios



Fluxos



Circulação ar



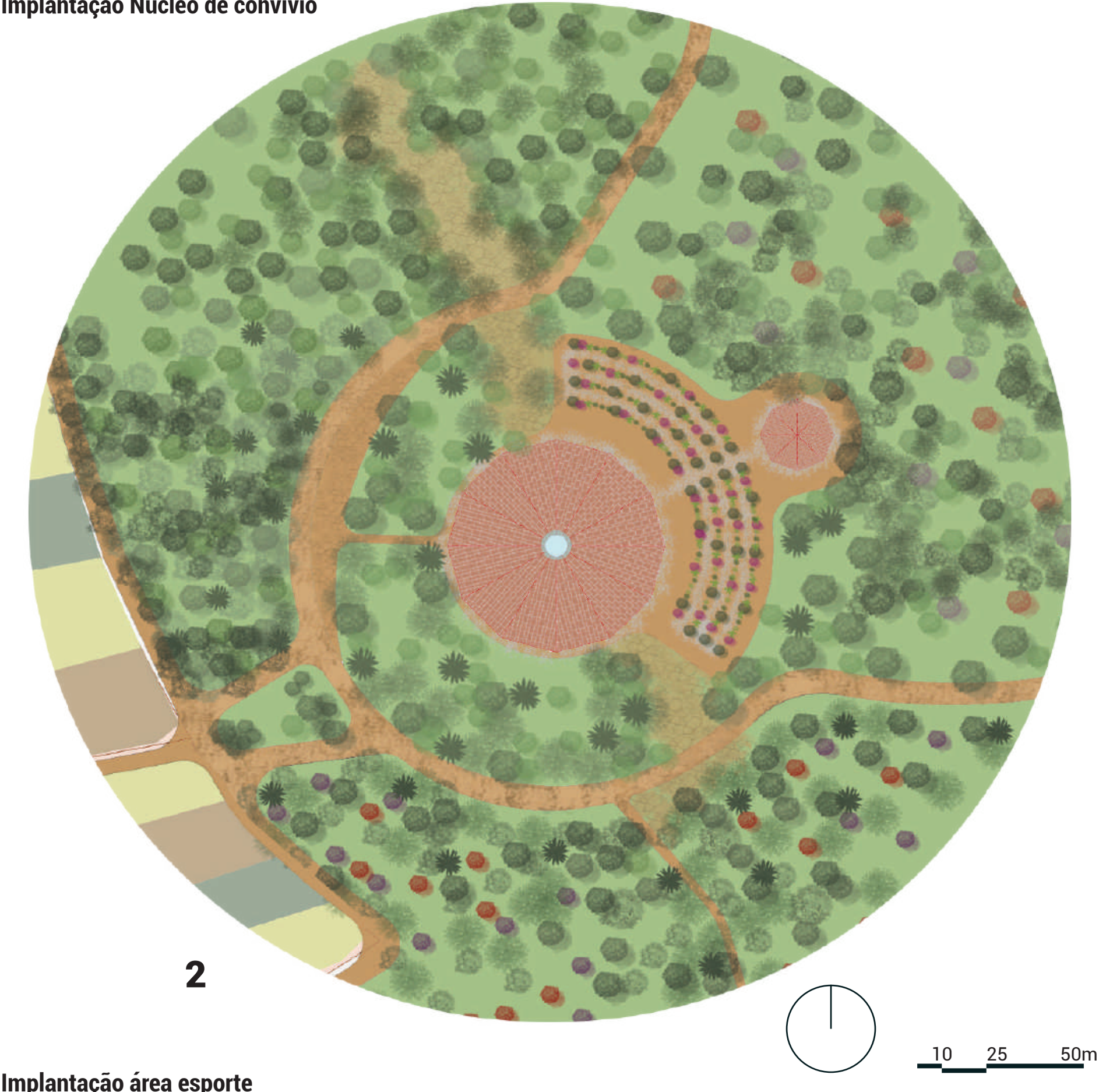
Predominância do vento noroeste

Elevação Oeste

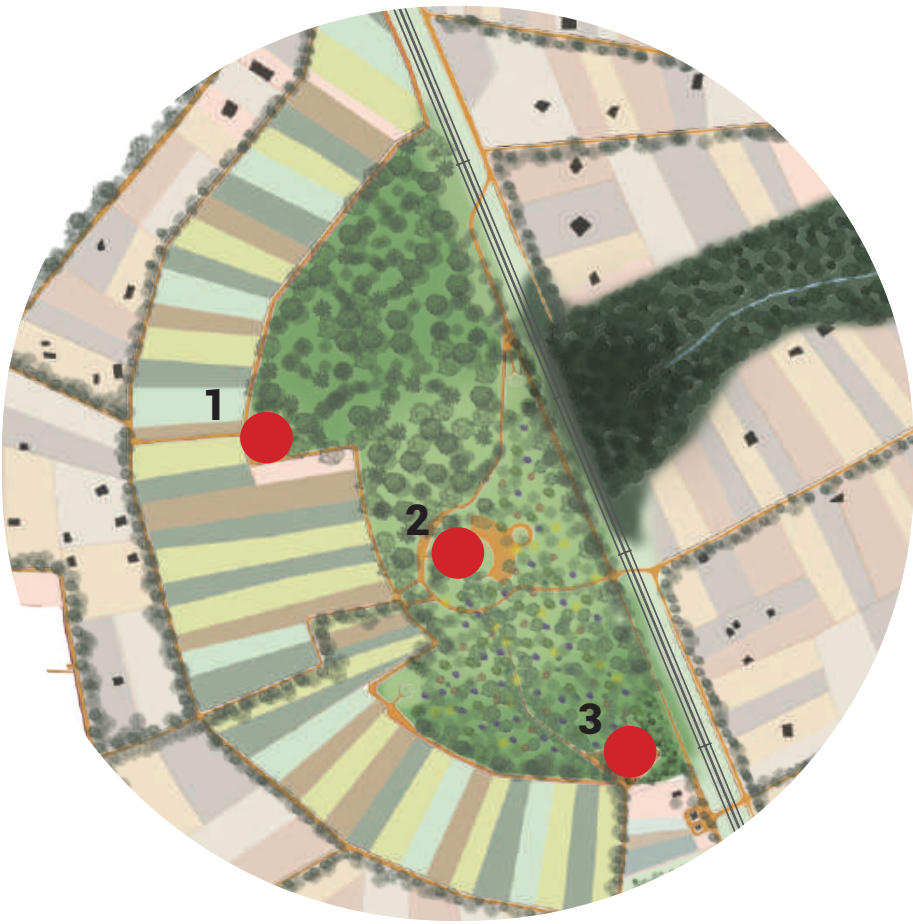


Focos nas áreas de aglomeração

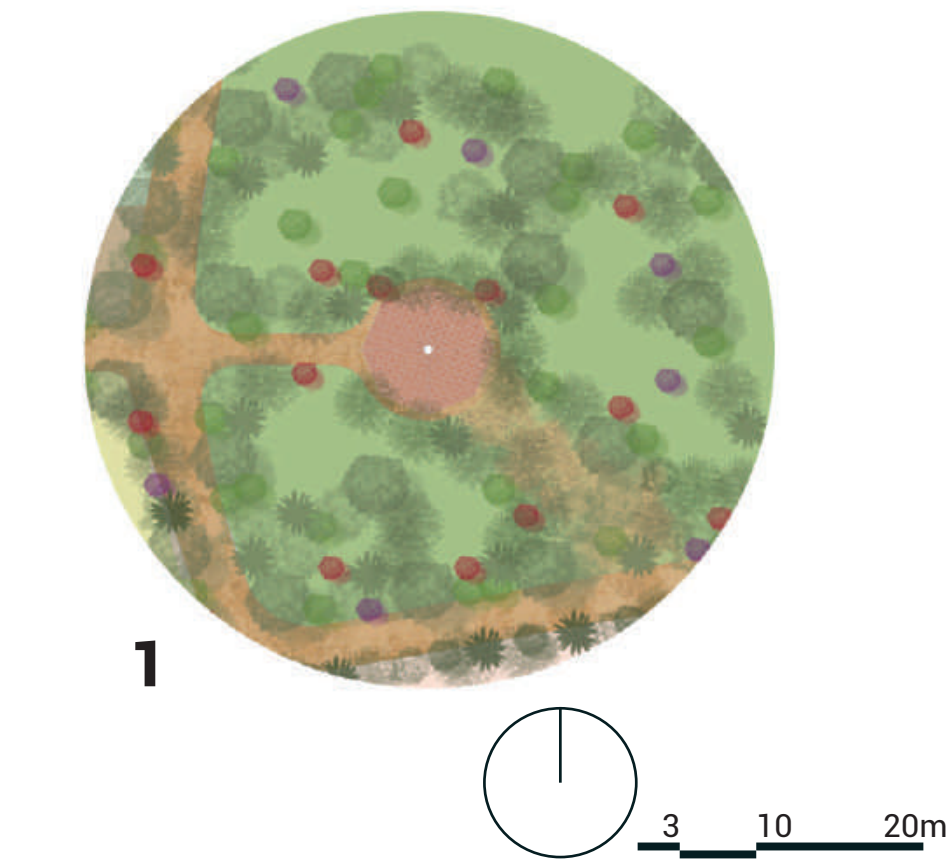
Implantação Núcleo de convívio



Implantação área esporte



Implantação parada



A área de esporte contempla uma quadra de futebol de 45 x 90m, conforme os padrões. Além disso possui uma área de vestiário/banheiros e uma arquibancada.

A Parada são pontos ao longo do terreno da Reserva Legal que servem de apoio para amparo do sol, para beber água e descanso dos animais. Dado que a distância entre as entradas e lotes são muito grandes. Importante ressaltar que os caminhos e as áreas atualmente não são arborizados.

Localização paradas

